

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA DE ASSESSORIA ÀS  
ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS**

**Andreza Pimentel Machado**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 30/7/07

  
Rosana Maria Gaio  
Depto de Serviço Social / CSE

**Florianópolis, julho de 2007.**

**Andreza Pimentel Machado**

**O SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA DE ASSESSORIA ÀS  
ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS**

**Florianópolis, julho de 2007.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, elaborado pela acadêmica Andreza Pimentel Machado e orientado pela Professora (Ms) Rosana Sousa de Moraes Sarmento.

**Florianópolis, julho de 2007.**

## **BANCA EXAMINADORA**

**Presidente da Banca:**

---

**Professora (Ms) Rosana Sousa de Moraes Sarmiento**

**1º. Membro Examinador**

---

**Professora Doutora Carla Rosane Bresan**

**2º. Membro Examinador**

---

**Assistente Social Jussara Jovita Souza da Rosa**

**NOTA FINAL:**

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço primeiramente a Deus que me deu o Dom da Vida, e por esta existência terrestre dentro de uma família exemplar, a qual faço parte e que jamais, em algum momento a subestimei. “Amo vocês meus pais e meus irmãos de todo coração e para sempre...”.

Ao meu esposo Valmir que me acompanhou neste longo processo de formação, dando-me possibilidades e viabilizando esta jornada, de maneira compreensiva, carinhosa e cuidadosa, suprimindo todas as minhas necessidades. “... nosso amor é ouro, jóia rara de se ver, é chuva de sonhos coloridos com prazer...”.

Aos meus amados e queridos filhos, Pricilla e Arthur, que preenchem a minha vida com muita alegria, jogando pra longe qualquer possibilidade de desânimo, em meio a tantos desafios e obstáculos que surgiram ao longo deste percurso. “Vocês são a minha vida, o meu caminho, a minha direção”.

A todas as professoras do curso de Serviço Social, que contribuíram de alguma forma na minha formação acadêmica e em meu crescimento enquanto pessoa humana, engrandecendo a minha visão de mundo e de sociedade, em especial a minha orientadora Professora Rosana Sousa de Moraes Sarmiento, a qual me ajudou na elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso e soube compreender as dificuldades que envolveram o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também as minhas amigas Ingrid, Fabiana e Nádia que estiveram comigo em todas as fases, me ouvindo, ajudando, apoiando e incentivando. Que a nossa amizade não se perca no caminho, e que possamos cultivá-la a cada dia em nossas vidas... “pra gente ser feliz, tem que cultivar as nossas amizades, os amigos de verdade,...”.

*“O que é específico da nossa espécie é saber que existe o dia de amanhã e, portanto, tentar imaginar como ele será ou, melhor ainda, como poderia ser(...) Elaborar um projeto, descrever um amanhã conforme nossos desejos, é pelo contrário, admitir que podemos orientar o desenrolar dos acontecimentos, que denominamos entre o dia de hoje e o dia de amanhã(...) Uma utopia é uma estrela longínqua, mas uma estrela na direção do qual decidimos caminhar.” (Jacquard, 1997).*

*“Você deve ser o exemplo de mudança que deseja ver no mundo”.  
(Gandhi).*

*“Procure ser uma pessoa de valor, em vez de procurar ser uma pessoa de sucesso. O sucesso é só consequência”.(Albert Einstein)*

**MACHADO, Andreza Pimentel. O Serviço Social e a prática de assessoria às organizações comunitárias. Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.**

## **Resumo**

Este trabalho é resultado do processo de Estágio Curricular realizado junto a Associação de Recicladores Esperança – AREsp, que trabalha com a reciclagem de materiais no município de Florianópolis. O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo expor a contribuição do Serviço Social junto à associação por meio da prática da assessoria possibilitando o fortalecimento e ampliação dos direitos desta população marginalizada, com o intuito de emancipação do grupo nos processos político-organizativos assim como a luta incessante por condições mais dignas de sobrevivência pertinentes ao movimento do associativismo. Foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e documental e deixa como contribuições o nosso olhar sobre as riquezas de acompanhar um trabalho desta natureza para a formação profissional.

Palavras chave: Trabalho, Associativismo, Serviço Social, Assessoria, Formação Profissional.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

#### Capítulo I – O Trabalho na Sociedade Capitalista.....11

1.1 O cenário político, econômico e social que envolve o trabalho e suas relações no mercado.....14

1.2 Associativismo na sociedade civil.....21

#### Capítulo II – A visão teórica sobre a prática de assessoria.....26

2.1. Na administração.....27

2.2. No Serviço Social.....33

#### Capítulo III – A AREsp: uma experiência de estágio curricular.

3.1. Revisitando a história da Associação.....36

3.2. A relação: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental x AREsp.....41

#### Capítulo IV – A intervenção do Serviço Social na AREsp.

4.1. A prática de assessoria no Serviço Social.....45

4.2. O Impacto desta experiência na formação profissional: Possibilidades e Limites.....52

Considerações Finais.....60

Referências Bibliográficas.....62

Apêndices.....66



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é resultado do processo de assessoria realizado na Associação de Recicladores Esperança – AREsp, que ocorreu durante a experiência de estágio curricular entre os meses de setembro de 2006 à março de 2007, no Setor de Ação Comunitária da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis, através do Projeto “Dê a Mão para o Futuro – Ajude a gerar trabalho e renda” promovido pela ABIHPEC (Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos) e a Fundação do Banco do Brasil em convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Por ser a AREsp uma das associações que está legalmente regulamentada e por ser uma das escolhidas a receber os benefícios deste Projeto, a Prefeitura disponibilizou uma vaga para contratação de estagiários(as) de Serviço Social para realizar o acompanhamento do trabalho da mesma e dos processos que a envolvem.

Este trabalho tem como objetivo apresentar como a intervenção do Serviço Social por meio da prática da assessoria pôde contribuir com a construção da autonomia dos integrantes desta associação com vistas à ampliação da participação social e a sua emancipação econômica.

Foi construído a partir de uma pesquisa qualitativa teórica levantando informações a partir de referências e documentos organizacionais que pudessem elucidar o conteúdo acerca do associativismo e, principalmente, sobre nosso objeto de estudo que foi a assessoria no Serviço Social.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo trataremos de expor um breve histórico de como se deram as relações de trabalho na sociedade capitalista: O cenário político, econômico e social que envolve o trabalho e suas relações no mercado e sobre o Associativismo na sociedade civil.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a visão teórica da prática de assessoria na administração e no Serviço Social através de embasamento teórico e relacionando-os entre si.

Já no decorrer do terceiro capítulo resgataremos a experiência de estágio curricular junto a Associação de Recicladores Esperança e a sua relação com a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, buscado mostrar como se dá à relação entre o público e o privado.

A intervenção do Serviço Social na AREsp, figura como o conteúdo do quarto capítulo apontando, as possibilidades e limites desta intervenção e o impacto desta experiência na formação profissional caminhando em seguida para as considerações finais.

Desejamos que o leitor possa com esta leitura reunir informações que contribuam para o seu esclarecimento sobre a importância do trabalho das associações na contemporaneidade como um dos protagonistas da gestão social e como a intervenção do Serviço Social pode potencializar esta iniciativa em prol de resgatar à cidadania que tem sido muito fragilizada pelas relações de trabalho vigente nesta sociedade econômica capitalista.

## **CAPÍTULO I – O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

“O passado é uma categoria fundamental para compreendermos o presente, e a partir daí, entendermos o atual contexto da sociedade capitalista em que vivemos” (informação verbal. Martinelli, 2006). A partir desta frase pronunciada por Martinelli, iremos fazer uma breve retrospectiva do processo de trabalho na sociedade capitalista, dando ênfase às novas exigências relativas ao mundo do trabalho e retomando alguns fatos históricos que contribuíram com este processo.

As mudanças podem ser notadas com mais precisão entre o mundo antigo e a idade moderna, adquirindo diferentes formas de se pensar e organizar o trabalho, passando da perda da liberdade (autonomia) a uma forma positiva; percebida e valorizada como possibilidade de mudança para a consecução dos objetivos traçados.

Com o advento da industrialização, que se propagou no século XIX, cresceram as expectativas de trabalho nas cidades, e com este, os êxodos rurais; criando-se uma nova sociedade industrial e capitalista. Com este processo de produção e reprodução do trabalho, refletiu-se a divisão da sociedade em classes sociais, decorrente da diferença de renda, instrução, autonomia, etc, e esta divisão vem se diferenciando cada vez mais ao longo dos anos devido ao modo de produção capitalista, baseado na concorrência empresarial, na competitividade e no lucro.

O trabalhador que possuía seu meio de produção, que planejava o processo de seu trabalho, perde aos poucos a sua autonomia e se subordina aos domínios do capitalista, que agora detém os meios de produção. Um exemplo de mudanças geradas pelas novas condições de trabalho que refletiu diretamente na vida dos trabalhadores foi o Fordismo/Taylorismo (Laudares, 2006).

Estas mudanças podem ser percebidas a partir da técnica utilizada pela Ford Motors Company, em meados do século XX, com o sistema idealizado por Henry Ford, caracterizado pela racionalização do tempo do trabalho nos moldes Tayloristas, na mecanização do trabalho; na produção em massa de bens

padronizados; e na relação entre normas de produção e de consumo (Mota, A. (org), 1998: p.28), produzindo acima do limite esperado e surpreendendo em termos de vendas, com a diminuição do valor dos automóveis fabricados. Este sistema não exigia nenhum tipo de qualificação dos trabalhadores.

Esta forma de organização do trabalho durou pouco tempo devido a sua rigidez e os altos custos salariais, baseados na pujança da demanda em relação à oferta, provocando a crise do padrão de acumulação nas organizações.

Com a crise decorrente deste processo, novas formas de organização do trabalho emergem para superar a crise, cedendo espaço para um novo modelo de produção chamado Toyotismo, que se desenvolveu a partir da globalização do capitalismo na década de 1950, vindo a ser caracterizado como filosofia de produção industrial somente depois da II Guerra Mundial, com a crise capitalista da década de 1970. Este modelo está baseado na flexibilização dos processos de produção e das relações sociais de trabalho a nível global. (Wikipédia, visitado em 18/06/2007).

O sistema capitalista, em consequência da industrialização, informatização e da biotecnologia, vem passando por vários estágios que modificaram gradativamente as concepções de trabalho, e este processo refletiu diretamente na vida dos trabalhadores. Este novo cenário, internalizado em nossa sociedade através deste sistema e do ideário neoliberal, passa por exigências no mercado de trabalho que extrapolam a realidade da grande maioria da população, que possuem baixas condições econômicas, baixo grau de escolaridade e carências de todas as ordens.

Segundo Laudaes, 2006:

"A expansão capitalista, definida por meio da produtividade e competitividade com suas forças vitais e inerentes para acumulação, provoca alterações substantivas na economia, nas relações de empregos e na estrutura ocupacional no interior das organizações, trazendo definições da formação e qualificação do trabalhador, além de incitar contínuas reestruturações produtivas com consequência para mudanças societárias".

Desta forma, podemos observar os altos níveis de desemprego, as precárias condições de trabalho e de vida nas grandes cidades com a criação de inúmeras favelas; o emprego informal; a terceirização e outras formas de organização das relações de trabalho para a garantia das necessidades básicas da população, sendo que estes se encontram desprotegidos do sistema social.

Estas pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho formal transformam-se em objeto de um *novo modo funcional de inclusão econômica*, a chamada externalização da produção, ou terceirização do trabalho. Dupas apud Mota relata que a “externalização/terceirização, adotados pelas grandes empresas, produzem uma “migração” da sua capacidade produtiva para médias e pequenas firmas e estimulam a proliferação de trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício e de trabalhadores em domicílio”. (1998:22)

Todas estas mudanças nos processos de trabalho nas empresas citados acima são caracterizadas pela reestruturação produtiva, expressão particular internacional que veio para o Brasil acompanhado da globalização e do ideário neoliberal como estrutura de uma cultura moderna, que repercutiu diretamente na “difusão massiva de idéias e valores que conceituavam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras” (Mota, 1998: 35).

Levando em consideração todo este processo de produção e reprodução da força de trabalho, em um mercado cada vez mais competitivo e qualificado, devemos nos ater aos novos desafios que estão diretamente relacionados a estas mudanças, tanto no cenário político como no econômico e social; levando em consideração o nosso fazer profissional; às exigências do mercado atual; “buscando reconstruir metodologicamente o caminho entre a demanda objetivada e as relações que a determinam”. (Mota, 1998: 42).

## **1.1 - O CENÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL QUE ENVOLVE O TRABALHO E SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO.**

Vamos contextualizar os cenários político, econômico e social que envolve o trabalho e suas relações com o mercado a partir do século XVIII tentando expor de forma sintetizada um breve histórico das transformações ocorridas na sociedade e os resultados socialmente gerados neste contexto.

Os ideais do embrionário sistema capitalista: o lucro, o acúmulo de riquezas, o controle dos sistemas de produção e a expansão dos negócios foram estimulados neste período pelo espírito mercantilista. (Vidal, 1993).

É a partir da segunda fase do sistema capitalista – O Capitalismo Industrial - que começaremos a discorrer sobre o novo estágio do modo de produção capitalista, gerador de mudanças significativas no âmbito político, econômico e social, com maior respaldo no que se refere às mudanças no mercado de trabalho e na vida dos trabalhadores. (Peres, 2006).

A Revolução Industrial alterou o sistema de produção e as máquinas substituíram grande parte do trabalho que antes era realizado pelos artesãos. Este novo sistema de produção trouxe mudanças benéficas para os donos das fábricas, com o aumento da produção num período de tempo menor e conseqüentemente, aumento dos lucros. Mas em contra partida, a população foi bastante prejudicada, havendo o aumento da exploração da mão-de-obra do trabalhador; maior riscos de acidentes de trabalho; baixos salários; além da poluição do ar e dos rios. (Laudares, 2006).

Neste período a economia enfrentava a fase do capitalismo concorrencial, com a expansão do número de empresas competindo num mesmo ramo de atividade econômica. O Estado intervia o mínimo possível, atuando apenas no funcionamento e manutenção do sistema em vigor.

Com o advento da mecanização houve a redução dos preços dos produtos fabricados e a sua popularização devido ao seu excedente, levando ao aumento do mercado comercial e ao desejo de consumo. (Peres, 2006).

As principais características da expansão industrial foram: o grande número de trabalhadores assalariados nas fábricas; o predomínio dos trabalhadores do

setor secundário; a contribuição da indústria na renda nacional; a racionalização e a fragmentação do trabalho; urbanização e escolarização das massas; o agravamento das desigualdades sociais; produção em massa e crescimento do consumismo; fé em um progresso irreversível e um bem-estar crescente, entre outras características (Peres, 2006).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial os Estados Unidos alcançou grande enriquecimento com a venda de armas aos países que participavam dos combates na guerra. Nesta fase o capitalismo deixou de ser concorrencial para tornar-se, em alguns ramos de atividade, capitalismo monopolista, devido à falência de muitas empresas pequenas e unificação de outras. Estas por sua unificação se fortaleceram e tornaram-se grandes empresas passando a exercer sozinhas um ramo de atividade. (Vidal, 1993).

O capitalismo passou por alguns momentos de crise representadas pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa de 1917, mas a principal crise econômica que vivenciou o capitalismo foi à crise de 1929. Esta crise deu origem a uma grande recessão econômica que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. Abalou toda a estrutura da economia mundial, com o aumento da produção, a diminuição do consumo, a quebra da bolsa de valores, a indústria entra em falência comercial e a pobreza se alastra devido a grande depressão enfrentada. Para que tal situação fosse controlada, foram feitas modificações na política econômica em vários países com o intuito de combater os efeitos da crise e evitar mais conflitos. (Spar, 2006).

Os efeitos da Grande Depressão foram sentidos no mundo inteiro e sua intensidade variou de país a país. Além dos Estados Unidos, outros países que foram duramente atingidos pela Grande Depressão foram à Alemanha, Austrália, França, Itália, o Reino Unido e especialmente o Canadá. Porém, em certos países pouco industrializados à época, como a Argentina e o Brasil, a Grande Depressão acelerou o processo de industrialização. (Wikipédia, visitado em 03/08/2007).

Entre os anos de 1933 e 1937, os Estados Unidos criou uma série de programas com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir aos prejudicados pela Grande Depressão. O nome dado a essa política econômica foi New Deal, que em português significa “novo acordo” ou “novo trato”, que mais tarde foram racionalizadas pelo economista inglês *John Maynard Keynes*. O New Deal teve grande influência na política econômica e social adotada no Brasil pelo Presidente Getúlio Vargas.

Este programa tinha como objetivo estimular o crescimento e baixar o desemprego, com uma série de reformas antiliberais e com ampla intervenção do Estado na economia; sistema este denominado de intervencionista “*Keynesiano*”.

Eram eles:

- ✓ Empréstimos ilimitados aos bancos para linhas de crédito;
- ✓ Pagamento de indenizações aos fazendeiros prejudicados;
- ✓ Auxílio aos estados para aumentar os salários dos empregados e criar um seguro-desemprego;
- ✓ Controle da jornada de trabalho;
- ✓ Legalização dos sindicatos;
- ✓ Promoção de um amplo programa de obras públicas;
- ✓ Ampliação e estatização do sistema previdenciário social responsabilizando o Estado pelo amparo ao trabalhador; etc.

Este modelo econômico intervencionista passou a ser adotado como a solução para os problemas econômicos mundiais com promessas de proporcionar a diminuição da pobreza e assegurar o pleno emprego. Sobre esta realidade Carvalho (1999) nos diz:

“Nos países capitalistas desenvolvidos, cunhou-se o chamado Welfare State, resultante de um pacto entre as classes sociais que expressavam os conflitos capital/trabalho, clamavam por equidade e novas utopias polarizadas nas duas grandes guerras mundiais. Nestes países, o pacto interclasses conciliou capitalismo e democracia, assegurou o pleno emprego, políticas sociais universalistas e o Estado-Nação como o grande mediador, capaz de intervir como protagonista econômico e socializador – na esteira do pensamento keynesiano e de uma guerra fria que perdurou até a queda do muro de Berlim”.



Contudo, nos países da América Latina, inclusive no Brasil, esta proposta de alimentar uma política social do direito mais universalista e redistributivista a partir dos anos 80 e mais acentuadamente no início dos anos 90, ficou fragilizada pela influência da reestruturação produtiva, com as novas mudanças na organização e gestão do trabalho, e pela globalização econômica que se processou de forma dissonante nos países emergentes e periféricos arrastando a população mundial para a convivência com mudanças velozes.

Como salienta Sposati (2002), “os direitos sociais no Brasil foram de reconhecimento tardio”. Caracteriza como *regulação social tardia*,

“os países nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos. Portanto, não cessa a luta dos movimentos pela inclusão de necessidades de maioria e de minorias na agenda pública”.

No caso do Brasil o direito à educação pública só apareceu na metade do século XX com a Constituição de 1946 e outros direitos sociais como à saúde pública, só foram reconhecidos nas últimas décadas do século XX, com a Constituição de 1988. Neste momento, a sociedade já luta por direitos difusos entre os quais os de gênero, os etários, de etnia, de opção sexual. (Aldaísa Sposati, 2002).

Entre os séculos XX e XXI percebe-se a crescente internacionalização do capital financeiro e o impacto trazido nas relações de trabalho pela reestruturação produtiva. Algumas empresas que exerciam o monopólio regional passaram a sofrer concorrência global. Esta remoção de fronteiras denominada “globalização” fez com que as empresas investissem para se tornarem atores do mercado global. Desta forma houve grandes fusões entre empresas regionais, e em contra partida,

empresas globais adquiriram empresas regionais para entrar rapidamente neste mercado. (Spar, 2006).

Diferente do princípio do capitalismo, onde se pensava que a redução dos custos e a exploração dos trabalhadores resultariam num lucro maior; as empresas passaram a contratar profissionais mais qualificados e a motivá-los através de benefícios para que os mesmos trabalhassem com mais entusiasmo e desta forma as empresas lucrariam muito mais.

Tais benefícios eram: a redução da jornada de trabalho, participação nos lucros da empresa, ganhos por produtividade, salários acima da média do mercado, jornada de trabalho flexível, entre outros benefícios.

Dentro deste novo princípio surgem novos embates, pois o número de funcionários que se enquadram neste modelo é muito pequeno em relação à maioria, que possui pouca qualificação e condições muito precárias. (Spar, 2006).

A cada novo modo de produção, surgem novos conflitos sociais e o cenário de caos social se instaura. As transformações tecnológicas de informação, de produção e a flexibilização do trabalho que vem ocorrendo nas últimas três décadas, contribuem para o aumento do índice de desemprego em todas as economias.

Com a transformação das relações de trabalho evidencia-se um cenário marcado pela precarização do trabalho e pelo desemprego. O protagonismo da classe trabalhadora é enfraquecido e o pacto interclasses que sustenta o welfare state também.

Em contrapartida, novos atores sociais emergiram: os movimentos sociais deslocaram para a sociedade civil um papel protagônico não só na revolução cultural, mas cada vez mais, também, na definição da agenda política dos Estados. As organizações não-governamentais são uma expressão deste novo protagonismo, alargando e revitalizando a esfera pública. Nesta via, a identidade de classe vai sendo substituída por outras: a feminista, a étnica..., referenciadas em projetos micro-identitários fora dos 'roteiros de classe' (CARVALHO, 1999, 22)

O trabalho precarizado trouxe novas modalidades para se vencer a batalha da sobrevivência, e o trabalho informal é uma destas alternativas que se intensifica neste período com condições cada vez mais precárias, baixos rendimentos, perda dos direitos trabalhistas, ampliação da jornada de trabalho, etc. Segundo Sergio Mendonça, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese, 2002), “o que podemos perceber hoje é o baixo crescimento econômico, aumento da população economicamente ativa e desemprego em alta”.

Estes fatos irão repercutir mais tarde na vida da população, que enfrentará a chegada da velhice sem uma renda mensal e sem a mínima proteção, pois durante seu período laboral não contribuíram com a Previdência Social, devido à inserção no trabalho informal.

Face a presença dessas novas determinações sociais, nos últimos anos o perfil do desempregado não é mais o mesmo. Antes podíamos caracterizá-lo como: pessoa de baixa qualificação, baixa escolaridade, pessoas negras, portadoras de deficiência, entre outros atributos. Contudo, hoje o desemprego tornou-se generalizado devido a grande competitividade no mercado de trabalho, atingindo a todas as pessoas, independente do grau de escolarização, nível social, faixa etária, sem distinção de gênero, raças e/ou limitações. (Mendonça, Dieese, 2002).

O trabalho informal é uma característica da sociedade capitalista, mas que tem se acentuado nestas últimas décadas e tem estado em pauta nas grandes discussões acerca da precarização do trabalho e o seu reflexo na vida do trabalhador, além deste não possuir ainda uma caracterização bem definida.

Segundo Machado da Silva (1993) apud Gonçalves e Thomaz Junior (2002), na década de 60 o mercado de trabalho passava por uma certa instabilidade devido o baixo nível de produtividade e isso resultava em baixos salários. Desta forma, para complementar a renda familiar, o trabalhador via-se obrigado a realizar atividades em seu domicílio e que gerassem uma renda extra, como: lavadeira, passadeira, confecção de pães, venda de ovos e leite entre outras atividades, desempenhando dupla jornada. Este “bico” era entendido e

definido como trabalho informal. Já na década de 70, devido ao crescimento demográfico urbano, o trabalho informal, além das características da década passada, passa a ser entendido como um setor econômico à população excluída dos setores produtivos. (p.03)

“Esta concepção dicotômica separava então duas formas de produzir e de organizar a economia, uma baseada em relações de trabalho não assalariadas, trabalho familiar e pequena produção, geralmente associada à produção de subsistência, que seria o setor informal. O seu inverso seria o circuito com uma produção voltada ao mercado capitalista moderno, de grandes investimentos e lugar de utilização da mão de obra assalariada, adestrada tecnicamente para o trabalho organizado” (Gonçalves e Thomaz Jr, 2002, 04).

Com o fenômeno do desemprego e da precarização do trabalho surgem novas modalidades econômicas de sobrevivência em meio à exclusão social e econômica que assolam principalmente, os países considerados de terceiro mundo ou em fase de desenvolvimento, com é o caso do Brasil.

Sobre as estratégias utilizadas pela população excluída do mercado formal de trabalho trataremos no próximo item que irá discorrer sobre as alternativas criadas ao trabalhador excluído pela via do associativismo.

## 1.2 – ASSOCIATIVISMO NA SOCIEDADE CIVIL

Segundo Carlos Montaña (2002, 11), as políticas neoliberais impulsionaram a criação de alternativas “substitutivas” para o enfrentamento da questão social, principalmente na América Latina e no Brasil, dada a fragilidade ou a inexistência de um Estado de Bem-Estar Social no cenário brasileiro.

Podemos observar que existe uma gama de iniciativas da sociedade civil que foram construídos socialmente para dar conta dos reflexos da questão social ocasionados pelo modo de produção capitalista, pela política neoliberal e pelo distanciamento do Estado em relação a estes problemas, como os que englobam o Terceiro Setor e a Economia Solidária.

O chamado “*Terceiro Setor*” surgiu como alternativa para o enfrentamento da questão social no sentido de proteção social e garantia dos direitos sociais devido ao distanciamento do Estado para com esta questão social.

... “compreende e engloba todas as organizações privadas, sem fins econômicos e com finalidade pública, tais como, as entidades filantrópicas, religiosas, fundações de direito privado, entidades de assistência social e benemerência, institutos, organizações não-governamentais (ong’s), associações culturais, educacionais e comunitárias e as demais organizações em defesa dos direitos civis”. (GUZZO, 2003,24)

Guzzo (2003) destaca ainda que o terceiro setor vem ampliando-se e atuando em um espaço que deveria ser de responsabilidade do Estado (primeiro setor), mas sem submeterem-se ao controle político direto como ocorre com o Estado. Difere-se do Mercado e suas organizações privadas (segundo setor) porque não distribui lucro a seus proprietários e acionistas como ocorre com o Mercado. Assim tem assumido grande importância no âmbito social por estar assumindo o papel do Estado, na tarefa da prestação de serviços públicos nas áreas da educação, saúde, direitos humanos, cultura, lazer, meio ambiente, habitação mantendo seu caráter privado.

Uma alternativa também encontrada para amenizar os problemas da sociedade marginalizada é a **“Economia Solidária”** – um novo modelo de economia cuja iniciativa advém do campo popular e visa incluir no mercado os sujeitos excluídos do mercado formal através de programas de geração de trabalho e renda. ([www.filantropia.org.br](http://www.filantropia.org.br)).

Esta economia está inserida no espaço público com a finalidade de construção de um ambiente de trabalho socialmente justo, democrático, autônomo e sustentável, que contribua com a emancipação dos trabalhadores como sujeito de direitos. Está baseada na valorização do sujeito enquanto ser humano, e não no acúmulo de riquezas.

A economia solidária possui bases associativista e cooperativista voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços.

Este tipo de economia surge na Primeira Revolução Industrial devido à retirada dos artesãos do mercado em consequência da criação da máquina a vapor. Desta forma surgem às primeiras cooperativas e associações que se espalham pelo mundo; ganham visibilidade disputando o mercado com os grandes conglomerados capitalistas e acabam assimilando seus métodos de gestão.

Ressaltaremos neste capítulo as características do associativismo civil, seus fundamentos e seu perfil no Brasil como viabilizador dos direitos dos cidadãos excluídos socialmente, devolvendo-os a auto-estima, a autonomia e, sobretudo a dignidade.

O associativismo possui características bem semelhantes a do cooperativismo, mas são distintas entre si. Segundo pesquisa realizada no site do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, “associação é uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa”.

“Uma associação sem fins lucrativos poderá ter diversos objetivos, tais como: **A.** associações de classe ou de representação de categoria profissional ou econômica; **B.** instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos etc. **C.** entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados - Ex. Clubes Esportivos; Centrais de Compras; Associações

de bairro, moradores etc. D. associações com objetivos sociais que observam o princípio da universalização dos serviços - Ex. promoção da assistência social; promoção da cultura, patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da saúde e educação; preservação e conservação do meio ambiente; promoção dos direitos humanos, etc". (Trecho extraído da página eletrônica [www.Sebraesc.com.br](http://www.Sebraesc.com.br), em 28/05/2007)

"As atividades previstas na letra "d", acima, são atribuídas as ONG's (Organizações Não Governamentais) e poderão ser qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público perante o Ministério da Justiça, a fim de firmar TERMO DE PARCERIA com o Poder Público e obter repasses de recursos para o fomento destas atividades, observados os dispositivos previstos na Lei nº 9.790, de 23/03/99 e Decreto nº 3.100, de 30/06/99". (Trecho extraído da página eletrônica [www.Sebraesc.com.br](http://www.Sebraesc.com.br), em 28/05/2007).

Na verdade esta legislação foi uma maneira de canalizar recursos Públicos para o privado, reforçando deste modo, a omissão do Estado.

Já o cooperativismo "tem por objetivo aglutinar pessoas que, através do seu trabalho, da sua produção ou da sua renda, atuando de forma coletiva e organizada, adquirem condições de conquistar espaços dentro da economia globalizada". O cooperativismo possui finalidade lucrativa e está classificada como entidade empresarial junto ao Cadastro Central de Empresas – Cempre, do IBGE.

	<b>COOPERATIVA</b>	<b>ASSOCIAÇÃO</b>
	Sociedade de pessoas	Sociedade de pessoas
<b>Objetivo</b>	Prestar serviços econômicos ou financeiros	Realizar atividades assistenciais culturais, esportivas, filantrópicas, etc.
<b>Constituição</b>	Mínimo de 20 cooperados	Não existe um nº mínimo para sua constituição
<b>Voto</b>	Direito a um voto	Direito a um voto
<b>Pagamento</b>	Os cooperados subscrevem quotas-partes para formar o capital da Cooperativa	Os associados pagam uma mensalidade para sua manutenção
<b>Lucro</b>	Pode gerar sobras	Não gera excedente
<b>Legislação</b>	Legislação própria - Lei Federal nº	Regulamentada pelo Código Civil - <u>O Novo Código Civil</u> "

	<u>5764/71</u>	
<b>Registro</b>	Registrada na Junta Comercial do Estado	Registrada no Cartório de Registros de Títulos e Documentos do município onde ela estiver localizada

Tabela extraída da página eletrônica [www.Sebraesc.com.br](http://www.Sebraesc.com.br), em 28/05/2007

O associativismo e o cooperativismo, como uma das alternativas de trabalho, permitem que seus membros resgatem através da organização dos trabalhadores, a dimensão humana por meio do trabalho socialmente justo e democrático, recuperando e conquistando a cidadania.

Um dos fatores propulsores do crescimento deste movimento é o desemprego dos trabalhadores e a luta pela sobrevivência individual e/ou familiar, decorrentes da omissão do Estado para com as Políticas Sociais. Segundo o *Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (2007)*, existem no Brasil três segmentos deste movimento: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.

O segmento que “consiste nas entidades de assessoria e fomento, são os que normalmente se organizam na forma de associações sem fins lucrativos ou universidades (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão) e prestam serviços de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica, quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos”. (FBES, 2007).

A nova ordem ditada pelo sistema capitalista trouxe sérias conseqüências ao mundo do trabalho. Mais do que o número de desempregados e a informalidade, a reestruturação produtiva capitalista fez crescer o número de pessoas trabalhando em péssimas condições, se sujeitando a receber um mínimo salário, que não satisfaz, muitas vezes, as necessidades básicas de uma família.

Esta parcela da sociedade que precisa garantir os mínimos para sua sobrevivência, acaba internalizando a sua comercialização enquanto “mercadoria”



força de trabalho, se submetendo às péssimas condições e constante exploração da sua mão de obra.

De acordo com Thomaz Junior & Gonçalves (2002), este fato iniciou-se durante o processo de industrialização, com o episódio do êxodo rural, o crescimento populacional, a complexificação das relações sociais e econômicas no meio urbano, trazendo desta forma novas possibilidades de ocupação em atividades que em outros tempos não faziam parte do setor informal, tais como: camelôs, vendedores ambulantes, empregados domésticos, catadores de papel, recicladores, cuidadores de carro, entre outros serviços.

Deve-se destacar que estas ocupações necessitam de tempo quase integral dos trabalhadores para que estes possam assegurar um ganho que garanta a sua sobrevivência, sem desconsiderar que muitos destes trabalhadores exercem mais de uma atividade ao dia para complementar a renda familiar. Desta forma, deve-se considerar que ao ingressarem neste tipo de atividade, os trabalhadores ficam excluídos de usufruírem os direitos trabalhistas.

Neste próximo capítulo iremos abordar a experiência vivenciada no estágio curricular junto a Associação de Recicladores Esperança - AREsp, que representa uma das iniciativas de reaproveitamento do lixo seletivo, sendo a primeira de caráter associativo em Florianópolis, e que busca a valorização dos seus associados através deste novo modelo de ocupação profissional. Além desta exposição, explicitaremos a história da associação e a relação entre a Prefeitura Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, órgão público pelo qual realizamos o trabalho de assessoria junto à associação, e a própria associação enquanto entidade privada.

## **CAPÍTULO II – A VISÃO TEÓRICA SOBRE A PRÁTICA DE ASSESSORIA**

Segundo o moderno dicionário da língua portuguesa “Michaelis”, o termo assessorar significa “Servir de assessor; assistir. Auxiliar tecnicamente, em assuntos especializados”. Desta forma buscamos dar mais solidificação a esta temática por ser a ação que utilizamos em nosso processo de trabalho, através da técnica de observação participante a qual possibilitou-nos identificar quais seriam as mediações necessárias que possibilitariam o alcance dos nossos objetivos.

A prática de assessoria requer um conhecimento aprofundado dentro de uma área específica, ao qual foi chamado a intervir, buscando aperfeiçoar a atual conjuntura da empresa ou instituição contratante, tanto em termos operacionais como nas relações interpessoais. A assessoria é utilizada por profissionais de diversas áreas do conhecimento e pode se dar de diferentes formas e em diferentes contextos institucionais. As estratégias a serem utilizadas para tal intervenção dependerão de cada assessor, segundo sua área de conhecimento, seu arsenal teórico-metodológico e técnico-operativo e dependerão ainda dos objetivos da instituição.

É dentro dos objetivos da instituição contratante: de inclusão social, autonomia e emancipação da Associação de Recicladores Esperança - AREsp que procuramos utilizar da prática de assessoria, a qual achamos que seria de grande importância para o aperfeiçoamento desta nova e recente técnica utilizada pelos profissionais de Serviço Social, possibilitando uma visão mais ampla da realidade da associação e de seus integrantes.

O debate sobre assessoria no Serviço Social precisa ser mais enfatizado ganhando mais estudo e visibilidade, uma vez que encontramos pouco material bibliográfico a respeito do tema, mas sabemos da importância e da contribuição que o Serviço Social tem dado com este tipo de intervenção nas organizações.

Assim, levantamos um material acerca do significado e do uso da assessoria no âmbito da Administração entendendo que é um tipo de prática constante dentro da burocracia organizacional como também no âmbito do Serviço

Social no sentido de conhecer e contribuir para a socialização e visibilidade deste conteúdo com aqueles que se interessem por esta temática.

## 2.1. NA ADMINISTRAÇÃO

Diante das transformações ocorridas no interior das organizações observamos que a prática de assessoria vem também se modificando ao longo dos anos, sem perder suas origens, apenas sendo acrescido de novas estratégias para a sua aplicação.

Na década de 70 a assessoria era pensada e aplicada a cargos executivos, de assistência a diretores de grandes empresas, que sobrecarregados em suas funções, delegavam parte de seus trabalhos a estes profissionais. O cargo de assistente, naquela época, daria oportunidades de um futuro promissor se efetuado com responsabilidade, eficácia e com estratégias transformadoras, dando-lhe possibilidades de passar de um simples assistente de diretor, empresário ou executivo a cargos mais elevados e representativos dentro das organizações.

Segundo Lodi (1972), "O cargo de assistente tem sido considerado uma excelente oportunidade para o treinamento de diretores". Este mesmo autor ressalta ainda alguns exemplos de assistentes que chegaram a ser presidentes importantes na história da administração norte-americana, são eles:

- Ralph Cordiner foi assistente de diretor e depois um dos mais famosos presidentes da General Eletric;
- Na General Motors, Alfred Sloan Jr., assim como C. E. Wilson e Harold Curtice, foram chefes de staff (assessoria) e depois diretores e presidentes dessa companhia;
- Frederick Taylor empregou um assistente pessoal que depois se tornou o famoso Henry L. Gantt.

Levando em consideração as funções executadas pelos assistentes/assessores, liberando a presidência de assuntos que consomem tempo, verificou-se que em algumas empresas este tipo de assessoria ou *staff* não é bem quisto, pois consideram que os assessores ameaçam a todo executivo numa posição importante, devido a sua aproximação com as questões administrativas e pessoais de seu chefe.

Lodi apresenta algumas vantagens e desvantagens que o assistente oferece dentro das organizações e ressalta que o cargo de assistente tem sido combatido e mesmo banido de muitas organizações:

Vantagens	Desvantagens
1. Redução da carga de trabalho do executivo-chefe;	1. Confusão a respeito da natureza de sua responsabilidade;
2. Melhoria do planejamento e coordenação;	2. Usurpação de responsabilidades dos executivos de linha;
3. Melhoria de aproveitamento dos conselhos externos;	3. Ressentimento dos executivos de linha quanto à idade, tempo de casa, ou intimidade do assistente;
4. Treinamento para o ocupante desse cargo, principalmente para assumir funções maiores.	4. Dificuldade de avaliação do desempenho do assistente;
	5. Facilidade de acesso do assistente ao chefe o que favorece a sua influência e bajulação;
	6. Transformação do assistente em um confidente, moço de recados, bode expiatório ou eminência parda da organização.

Segundo o Coronel Lyndall Urwick (apud Lodi: p.107), o significado de staff tem origem militar e que em sua experiência no exército verificaram-se três tipos de staff ou de assessoria:

- Staff pessoal ou assistente pessoal;
- Staff especializado ou assistente técnico, geralmente um especialista de alto nível assessorando o executivo principal;
- Staff geral ou o conjunto das assessorias e departamentos de assessoria. Este staff geral está chefiado às vezes por um vice-presidente, quando a organização é muito complexa.

Para cada staff o assistente possui uma função distinta, sendo que poderá ser ajustada às necessidades de cada organização. O assistente pessoal possui “funções mais amplas, mas sempre ligado à pessoa do executivo principal, já o assessor técnico tem suas responsabilidades ligadas a uma especialidade técnica específica, criada para aconselhamento, normatização ou mesmo serviço às atividades de linha”. (Lodi, 1972: p. 108).

Nesta evolução, o papel do assessor está relacionado com o planejamento e controle das ações da organização, diagnosticando problemas e apontando caminhos para a sua solução. A Assessoria Empresarial ou Assessoria Organizacional é um serviço que tem o objetivo de ajudar as empresas-cliente a obterem melhorias no seu desempenho, na sua lucratividade e na sua competitividade.

Dentro deste processo de assessoria podemos destacar dois meios de intervenção e possibilidades de atuação: a Assessoria Estratégica e a Assessoria Operacional, onde ambas necessitam de planejamento e controle dos serviços prestados às organizações, tendo como objetivo principal a eficiência e a eficácia das ações desenvolvidas.

Para Anthony, apud Lodi,

“O planejamento estratégico é o processo de decidir sobre os objetivos da organização, sobre a mudança desses objetivos, sobre os recursos usados para atingi-los e sobre as políticas que governam a aquisição,

uso e disposição desses recursos... Já o controle estratégico ou administrativo é o processo pelo qual os gerentes asseguram que os recursos são obtidos e usados eficazmente e eficientemente para atingir os objetivos da organização”.

Em um nível mais abaixo se encontra o planejamento e controle operacional que é definido como,

“o processo de assegurar que as tarefas específicas sejam cumpridas eficaz e eficientemente. O controle operacional é individualizado nas pessoas e nas tarefas específicas”. (p.110)

O quadro abaixo exemplifica as atividades desenvolvidas em cada atuação. (p.114)

<b>Planejamento Estratégico</b>	<b>Controle Administrativo Estratégico</b>	<b>Planejamento e Controle Operacional</b>
Escolher os objetivos da empresa	Formular os objetivos	
Planejar a organização	Planejar os níveis de assessoria	Controlar a mão de obra
Estabelecer políticas de pessoal	Formular práticas de pessoal	Executar as políticas
Estabelecer políticas financeiras	Planejamento de capital de giro	Controlar o crédito
Estabelecer políticas de marketing	Formular programas de propaganda	Controlar a colocação de anúncios
Estabelecer políticas de pesquisa	Decidir sobre projetos de pesquisa	
Escolher novas linhas de produtos	Escolher melhoramentos nos produtos	
Adquirir uma nova divisão	Decidir sobre rearranjo da fábrica	Plano de produção
Decidir sobre as despesas não rotineiras	Decidir sobre as despesas rotineiras	

	Formular regras de decisão para o controle operacional	Controlar o inventário
--	--	------------------------

Dentro da prática de assessoria na administração podemos perceber que as funções relativas ao assessor são meramente técnicas e burocráticas, relacionadas basicamente ao benefício das organizações, a sua produtividade, lucratividade, competitividade e acúmulo de riquezas, sem focalizar as necessidades dos trabalhadores que produzem este crescimento empresarial.

Tanto a prática de assessoria, como a de consultoria são utilizadas pelas empresas e possuem o mesmo objetivo, mas distingue-se entre si. A diferença entre ambas é visível, embora poucos realmente a identifiquem. Segundo pesquisa realizada em uma empresa que presta este tipo de serviços:

**A Consultoria:** "aconselhamento, orientações, idéias, transferência de conhecimentos, consultas, tira dúvidas, não envolve a operação de qualquer serviço e sim a orientação ao administrador, para que ele e seus subordinados apliquem as orientações, soluções e sugestões propostas e discutidas. Normalmente não 'In loco'".

**A Assessoria:** envolve, além do serviço de consultoria, a operação de parte dos serviços, agindo às vezes como "um gestor, diretor ou gerente terceirizado, intermediário, negociador, executivo, etc." de uma determinada área ou do conjunto ou ainda só em determinado assunto. Sempre com o acompanhamento, participação e da aprovação final do empresário. (<http://www.erediaconsultoria.com.br>)

É na perspectiva da prática de assessoria que se insere o Serviço Social, visando contribuir para o melhoramento das organizações, nos aspectos relacionados aos conflitos, às necessidades, angústia e alienação dos trabalhadores, tentando amenizar tais conflitos, promovendo a destinação de benefícios aos trabalhadores dentro das empresas, com novos sistemas de gestão como: o Planejamento estratégico, a Responsabilidade Social Empresarial, a Filantropia empresarial, entre outros, que obterão resultados positivos a longo e médio prazo, tanto internamente, na relação entre os funcionários, como

externamente, em relação ao meio ambiente, à comunidade e a sociedade em geral.

A área de Recursos Humanos (RH) também passou por mudanças em seu formato dentro das organizações para conseguir acompanhar toda essa mudança que o mundo moderno nos impõe. A competitividade entre os grandes capitais e a globalização da economia trouxe grandes mudanças para esta área.

Como evidencia Girard<sup>1</sup> (2001),

“No passado, gerir pessoas, por intermédio do Departamento Pessoal, consistia em tratar burocraticamente os processos de admissão, pagamento de salário, demissão e as obrigações legais das empresas. Era o RH fiscalizador e regulador por excelência. Com a Escola das Relações Humanas e o aperfeiçoamento das teorias sobre comportamento organizacional, a administração de recursos humanos evolui gradativamente rumo às tendências atuais”.

Isso não quer dizer que atualmente todas as empresas apliquem este novo modelo de gestão de pessoas em seu Departamento de RH. Há ainda algumas empresas que não mudaram as suas atividades no tratamento dos seus recursos humanos, utilizando-se de paternalismo no tratamento de custos fixos, burocracia e estagnação.

A área de recursos humanos é sem dúvida um grande potencial para o trabalho dos especialistas da área social, por possuírem uma visão mais ampla das questões relacionadas ao mundo do trabalho e os seus desdobramentos na sociedade. Este profissional é um intelectual que contribui nas relações interdisciplinares dentro das organizações, promovendo uma certa “harmonia organizacional”. Dentro desta perspectiva é que explicitaremos no Item 2.2, uma das possibilidades de atuação do Assistente Social dentro das organizações, inserindo-se nos processos de gestão do trabalho, através da assessoria.

---

<sup>1</sup> Mestre. Professor de Recursos Humanos e Coordenador do NUPERH – Núcleo de Pesquisas e Estudos em Recursos Humanos do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.



## 2.2. NO SERVIÇO SOCIAL

Como alternativa de enfrentamento das expressões da questão social, a atuação do assistente social é presença marcante no âmbito da esfera pública, privada e do terceiro setor, sendo chamado para intervir em diversos departamentos relacionados à área social, podendo prestar assessoria a programas e projetos sociais, além de assessoramento no departamento de recursos humanos.

Em conseqüência dos novos modelos de produção e organização do trabalho decorrente da reestruturação produtiva, das mudanças tecnológicas e da globalização, surgem também novas formas de se exercer a profissão. Estas mudanças estruturais afetam a questão social, requerendo a construção de um novo agir profissional, refletindo no processo de terceirização do trabalho, inclusive para o Serviço Social, que executa políticas de assistência e benefícios dentro das instituições públicas e privadas.

“As assessorias são consideradas formas indiretas de prestações de serviços a órgãos governamentais, não-governamentais e empresas privadas,... sendo que o profissional responsável pela execução desta atividade instrumental, normalmente, não tem vínculo empregatício e atua como prestador de serviço para a organização demandatária”. (Goerck e Viccari, 2004: p.4).

O enfoque para o serviço social dentro dos Recursos Humanos das empresas sempre esteve voltado para a concessão de benefícios e para o controle e amenização de eventuais conflitos internos. Com as mudanças estruturais ocorridas no interior das empresas, o serviço social voltou-se também ao alcance de resultados decorrentes do mundo globalizado, focando-se principalmente na obtenção da confiança mútua entre os trabalhadores dos diversos setores dentro das empresas e os que detém o capital.

Dentro das empresas privadas, estas novas técnicas de produção e flexibilização do trabalho, podem tirar ou desviar o foco de atuação do Serviço

Social, devido às estratégias de redução de custos, terceirização da força de trabalho, e o esvaziamento das políticas sociais empresariais.

Atuando na área de Recursos Humanos das empresas, o Serviço Social integra-se no assessoramento dos gerentes, mediando as relações de trabalho e indo além do seu espaço tradicional, agregando em seu potencial as técnicas utilizadas neste setor, como a organização estratégica, avaliação de potencial e competência, ferramentas de humanização, desenvolvimento organizacional, Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), entre outras técnicas, permitindo ao assistente social manter o seu diferencial de atuação.

Nesta perspectiva, o assistente social é chamado para a empresa no sentido de intermediar as relações entre o trabalho e as particularidades dos funcionários, sempre tendo em vista as estratégias de qualidade e competitividade, integrando uma política de parceria entre ambas as partes.

O assessoramento aos gerentes, que se traduz no repasse de informações e técnicas para o enfrentamento das questões relacionadas à empresa, faz com que o assistente social utilize o seu arsenal teórico-metodológico e técnico-operativo apenas para instrumentalizar o gerente, pois não poderá materializar as ações mediante a ação direta, passando para o gerente o papel de legitimador de o seu próprio fazer profissional. (Abreo e Fávero, 2002).

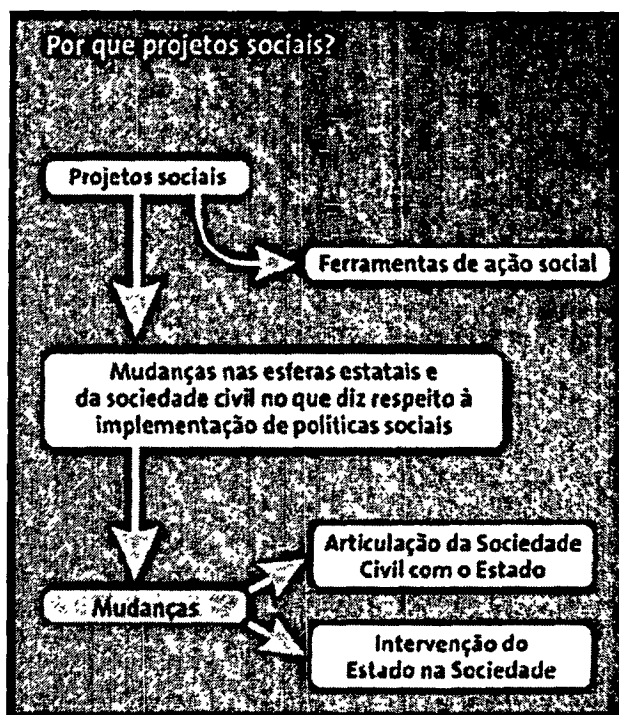
Antes de se começar a execução de uma assessoria, é necessário que o assistente social tenha clareza dos objetivos pretendidos pela instituição que a contrata, além de conhecer a organização da mesma para que seja viável o processo de trabalho e para que o resultado desejado seja alcançado com eficiência e eficácia.

Segundo Goerck e Viccari (2004),

“Para a realização da assessoria, os profissionais devem ter como habilidades: negociação, atualização e aprimoramento teóricos constantes, habilidade com apropriação e manejo da informática, iniciativa, espírito de liderança, criatividade, bom relacionamento interpessoal da equipe e interdisciplinar em permanente desenvolvimento”.

Em nossa experiência de estágio, entendemos que a assistente social representava institucionalmente a prefeitura, uma vez que esta desenvolveu junto à associação um projeto social de acompanhamento a este coletivo organizado. Assim consideramos importante detalhar conceitualmente o que vem a ser um projeto social, uma vez que este tem se caracterizado um instrumento de absorção do trabalho de assessoria deste profissional no âmbito das políticas públicas, demandadas pelo Estado e pelo Terceiro Setor, demonstrando que este tipo de prática não é mais presente somente nos espaços de Recursos Humanos das empresas:

“Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade. São ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre uma determinada problemática e buscam contribuir, em alguma medida, para “um outro mundo possível”. ([www.riits.org.br](http://www.riits.org.br), visitado em 21/06/2007)



([www.riits.org.br](http://www.riits.org.br), visitado em 21/06/2007)

Os programas e projetos sociais surgem para dar conta das necessidades básicas da população, buscando amenizar a onda de violência social que pode desestabilizar a política e a economia, amenizando os conflitos decorrentes da violação dos direitos humanos através de ações de apoio a esta população mais carente.

Para que tais programas sejam executados são necessários recursos sociais que podem vir de diferentes órgãos, como fundos extra-orçamentários, instituições financiadoras, doações de pessoas físicas e jurídicas, entre outras formas de dar sustentabilidade a elaboração de projetos e a sua execução. Um dos desafios postos aos programas é a racionalização destes recursos, possibilitando que cheguem mais recursos e a multiplicação do rendimento dos que já estão disponíveis.

Segundo Cohen e Franco (1993), “Isso somente será possível medindo a eficiência em sua utilização e comprovando a eficácia com que se alcançam os objetivos e, conseqüentemente, a equidade”. (p.19).

Alguns projetos sociais são resultados de políticas públicas, cujas ações são voltadas ao atendimento das necessidades coletivas através de ações contínuas, financiadas principalmente com recursos públicos e resultam de diferentes formas de articulação entre Estado e Sociedade. Alguns exemplos de políticas públicas são: atendimento a saúde, moradia, educação, lazer, entre outros.

“Um projeto social é uma unidade menor do que uma política e a estratégia de desenvolvimento social que esta implementa. Os projetos contribuem para transformação de uma problemática social, a partir de uma ação geralmente mais localizada no tempo e focalizada em seus resultados. A política pública envolve um conjunto de ações diversificadas e continuadas no tempo, voltadas para manter e regular a oferta de um determinado bem ou serviço, envolvendo entre estas ações projetos sociais específicos”. (Stephanou, 2003).

No âmbito do Serviço Social, a assessoria é considerada um instrumento de trabalho profissional, onde o assistente social deverá “acompanhar processos de trabalho da organização e/ou de grupos, apontando possibilidades, limites,

alternativas no projeto pretendido” (CRESS 10ª Região, 1999: p. 68 apud Goerck e Viccari).

“A assessoria a diferentes segmentos – instituições, movimentos sociais, trabalhadores, conselhos de direito e de políticas, entre outros – podem ser estratégias neste processo de luta pela construção da democracia brasileira”. (Bravo e Matos (Org.), 2006: p.26).

Segundo estes mesmos autores, a definição de assessoria no Serviço Social não se afasta da definição da administração, serve para qualquer área do conhecimento, desde que este profissional seja alguém estudioso do assunto, permanentemente atualizado e que suas proposições sejam claras e plausíveis. Relacionado-as ao mundo do trabalho estas técnicas são usadas de duas maneiras diferenciadas, sem perder o seu comprometimento e objetivos reais.

“Neste sentido, podemos afirmar que existem trabalhos de assessorias que visam adaptar o trabalho da equipe ou do profissional aos interesses institucionais e outros que tratam assessoria como um espaço de interlocução e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com vistas à garantia de direitos”. (Bravo e Matos (Org.), 2006: p.32).

É dentro desta segunda perspectiva mencionada acima, “como um espaço de interlocução e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com vistas à garantia de direitos”, é que o Serviço Social prestou assessoria a Associação de Recicladores Esperança – AREsp, com vistas a sua autonomia e a sua ação atuante, reivindicatória e mobilizadora perante os processos políticos, sociais e econômicos que envolvem a associação, a comunidade em que vivem e a sociedade como um todo, trabalhando com o grupo como se dá o exercício da cidadania de um modo responsável.

## **CAPITULO III –ARESP: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR.**

### **3.1. RECUPERANDO A HISTÓRIA DA ARESP**

A partir de um projeto<sup>2</sup> de capacitação desenvolvido pela antiga Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFESC)<sup>3</sup> o ganhador do 1º Concurso de Projetos Especiais da Fundação Mauricio Sitotsky Sobrinho, em julho de 1997. O projeto foi colocado em prática a partir de dezembro de 1997 e concluído em julho de 1999 quando foi fundada a Associação de Recicladores Esperança (AREsp) criando condições de geração de trabalho e renda a pessoas desempregadas e interessadas em trabalhar com triagem e reciclagem de resíduos sólidos.

A idealização do projeto iria beneficiar moradores de comunidades empobrecidas de Florianópolis com a implantação de Unidades Descentralizadas de Triagem e reciclagem do Lixo (UDTeR). A escolha da comunidade favorecida com o projeto foi determinada pelo extinto Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que optou pela comunidade do entorno do bairro Monte Cristo. Entre eles: Alojamento, Chico Mendes, Ilha Continente, Monte Cristo, Nossa Senhora da Glória, Nova Esperança, Promorar, Santa Terezinha I e II.

O conjunto de ocupações conhecido como bairro Monte Cristo teve início com a invasão organizada de uma grande área pertencente à COHAB-SC, órgão estadual responsável pela execução de moradias populares. Esta é uma das regiões mais carentes da grande Florianópolis (localiza-se numa região limítrofe entre os municípios de São José e Florianópolis), apresentando precárias condições ambientais e graves problemas associados à violência urbana.

---

<sup>2</sup> Este projeto previa a capacitação em triagem de resíduos sólidos, reciclagem artesanal de papel, associativismo solidário, baseado nos princípios da Economia Popular Solidária, para a formação de futuras associações e/ou grupos de produção, com o propósito de geração de trabalho e renda a comunidades carentes.

<sup>3</sup> No período compreendido entre 1986 e 2002, a então Escola Técnica Federal de Santa Catarina passou, progressivamente, por significativas e sucessivas mudanças, permitiu a flexibilidade curricular aos cursos técnicos, já em funcionamento, e implantou outros cursos, não apenas em nível de ensino médio, mas pós-técnicos e pós-médios, criando-se desta forma o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.

As famílias que residem nesta comunidade migraram para Florianópolis em busca de melhores condições de vida, e dentro deste processo de adaptação a vida urbana, esbarraram com as contradições de se viver nas grandes cidades, com as precárias condições de moradia, de infra-estrutura e o desemprego. Dentro deste contexto, exposto pelos altos índices de desemprego e pelas expressões da questão social que se agravam, é que presenciamos o aumento das desigualdades sociais em nossa sociedade.

Algumas pessoas desta comunidade que se encontravam desempregadas foram selecionadas pela própria comunidade para participar do curso de capacitação de resíduos sólidos e formar a Associação de Recicladores Esperança, trabalhando com materiais recicláveis de forma a garantir recursos para sustentarem suas famílias. (Oliveira, 2001: p.40).

Os critérios de seleção para participar do curso de capacitação e posteriormente da associação, foram determinados pelos próprios candidatos a estas atividades. Estes critérios ficaram assim determinados: deveriam ser adultos, responsáveis, chefes de família (mulheres ou homens), moradores da região e não poderiam participar mais de dois integrantes da mesma família (para dar oportunidade de trabalho e renda a um número maior de famílias). ([http://www.aresp.hpg.ig.com.br/quem\\_somos.htm](http://www.aresp.hpg.ig.com.br/quem_somos.htm)).

Foram ministrados cursos de capacitação aos interessados, promovido pela Associação Brasileira das Industrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC e desenvolvido pelo Centro Senac de Desenvolvimento Social (Senac Social), num período de seis meses, incluindo a parte técnica e associativista cujos temas abordaram o cooperativismo/associativismo, convivência em grupo, as vantagens do trabalho associativo, os direitos e deveres dos associados, além da parte prática do manejo com resíduos sólidos recicláveis e as técnicas de triagem de lixo seletivo, a seleção e a reciclagem.

Na última fase do curso foram abordados temas pertinentes à estruturação da associação, a implantação e a implementação da mesma, e finalmente a elaboração de seu Estatuto. No quadro a seguir apresentamos os parceiros deste projeto.

	<b>Escola técnica Federal</b>	<b>Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP)</b>	<b>Fundação Maurício Sitotsky Sobrinho</b>	<b>PMF – Departamento de Desenvolvimento Social</b>
<b>Responsabilidades de cada instituição</b>	1 - Coordenação do projeto; 2-Disponibilização de professores e monitores para a capacitação técnica e assessoria	1-Fornecimento do lixo seletivo; 2-Apoio à comercialização dos produtos (apenas inicialmente); 3-Concessão da área para a construção do galpão.	1-Responsável pelo financiamento dos equipamentos; 2-Apoio técnico para o monitoramento e avaliação do projeto.	1-Acompanhamento do projeto; 2-Serviço de Assistência Social, Assistência Médica; 3-Concessão de cestas básicas; 4-Vale-transporte; 5-Custeio da construção de um galpão de 390m <sup>2</sup> .

(Fonte: OLIVEIRA, Carla Cristiani de. **Serviço Social e Empreendimentos Populares: uma proposta de trabalho e renda às classes empobrecidas**).

Com o não cumprimento de uma das propostas feitas pelo Departamento de Desenvolvimento Social, que se responsabilizava pela doação de uma cesta-básica, uma vez ao final de cada mês durante o período do curso de capacitação, percebeu-se algumas desistências por parte dos associados.

No dia 24 de agosto de 1998 houve então a solenidade de formatura dos participantes do curso nas dependências da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, mas somente em julho de 1999 é que a associação foi fundada. Segundo dados colhidos com a idealizadora do projeto, Thyrza Pires, das 41 pessoas que ingressaram nos cursos de capacitação, apenas 19 se formaram. (Oliveira, 2001: p.33)

No ano de 2002 a AREsp contava com 30 associados e apenas 3 destes recicladores participaram do processo de formação da Associação.

Atualmente, a Associação de Recicladores Esperança – AREsp, é uma associação sem fins lucrativos, formada por moradores de baixa renda da comunidade Chico Mendes que fica no entorno do bairro Monte Cristo em Florianópolis.

Esta comunidade fica localizada à margem da Via Expressa que dá acesso a capital do Estado de Santa Catarina. É uma das maiores áreas de ocupação irregular realizada por populações pobres, migrantes do interior do Estado.



Atualmente, a AREsp recebe cerca de 37 toneladas de lixo reciclável por mês fornecido pela Companhia de Melhoramentos da Capital - COMCAP. São 23 famílias que dependem exclusivamente deste material coletado em Florianópolis e que rende uma média líquida de R\$ 250,00 por mês a cada associado, dependendo da sua produção. Diferente da função dos catadores de lixo, os associados da AREsp fazem apenas a triagem, o enfardamento, à pesagem e a destinação dos materiais recicláveis para os sucateiros, e estes vendem para a indústria recicladora do material seletivo. É justamente da venda deste material que eles tiram o sustento para suas famílias.

Todo o lixo coletado em Florianópolis é encaminhado ao Centro de Transferência de Resíduos Sólidos - CTReS, localizado no antigo lixão no bairro Itacorubi (desativado devido o aumento do lixo coletado e do espaço que se tornou reduzido), para ser devidamente pesado e conduzido ao seu destino: Galpões de triagem (resíduos recicláveis provenientes da coleta seletiva), aterro sanitário do município de Biguaçu (lixo proveniente da coleta convencional), ou aterro de inertes (Orofino, 2006).

A coleta seletiva é realizada principalmente no sistema porta a porta (71% da população) e devido a dificuldades de acesso do caminhão coletor em algumas regiões, a coleta só passa nas ruas "gerais" (16% da população), perfazendo um total de 87% da população atendida. A frequência de coleta é uma vez por semana e em alguns bairros, duas vezes por semana. Os materiais recicláveis recolhidos através da coleta seletiva em Florianópolis totalizam cerca de 147 toneladas/mês e são entregues a duas associações de triadores: Associação de Recicladores Esperança – AREsp(37t) e Associação de Coletores de Materiais Recicláveis – ACMR(110t). A diferença na quantidade de material entregue em cada associação se justifica pelo número de associados que cada uma contém em seu quadro de colaboradores, sendo que a AREsp possui 21 colaboradores e a ACMR possui 115 colaboradores.

A coleta seletiva realizada pelos catadores em algumas áreas de Florianópolis totaliza aproximadamente 1.000 t/m conforme foi relatado em uma das aulas do curso de capacitação profissional em resíduos sólidos.

No presente momento a AREsp desenvolve suas atividades junto ao CTReS, em uma área pertencente à Companhia de Melhoramentos da Capital – COMCAP, localizada na Rodovia SC 404 s/nº - bairro Itacorubi, em Florianópolis. A associação é uma das poucas iniciativas de reaproveitamento do lixo seletivo no município, sendo uma das primeiras de caráter associativista. Atualmente a AREsp conta com o apoio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC, da COMCAP e da Prefeitura de Florianópolis.

Com este modelo associativista muitos catadores de lixo puderam conquistar a dignidade de ter trabalho e renda, pois encontraram uma alternativa diante das necessidades de sobrevivência, da situação de desemprego e miserabilidade que geram os altos índices de exclusão.

Antes de sua inserção neste projeto, os recicladores encontravam-se à margem da sobrevivência, excluídos do mercado formal de trabalho devido à baixa qualificação e o baixo grau de escolaridade; vulneráveis a qualquer tipo de situação e desprotegidos socialmente.

Hoje, trabalhando em seu próprio empreendimento, adquiriram a sua autonomia, o sustento para sua família, dignidade, auto-estima e a tão almejada oportunidade de trabalho e inclusão social.

### **3.2. A RELAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL COM A ARESP.**

No item anterior expusemos como a ARESP nasceu e como iniciou a sua parceria com a esfera pública e privada destacando as atribuições de cada um. A partir deste tópico abordaremos as demais oportunidades que foram surgindo ao longo dos trabalhos desenvolvidos pela associação.

A partir de um novo projeto firmado em 25 de abril de 2006 entre a ABIHPEC (Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos), a Fundação do Banco do Brasil (FBB) e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, representada pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), novos recursos foram destinados a AREsp e também a ACMR (Associação de Coletores de Materiais Recicláveis), visando beneficiar e apoiar o projeto de geração de trabalho e renda junto às mesmas.

Cada instituição ficou responsável por garantir aos catadores e recicladores algumas das necessidades observadas no seu cotidiano de trabalho:

- ❖ A Prefeitura Municipal de Florianópolis através do Termo de Adesão ao Projeto Coleta de Embalagens Pós-Consumo se comprometeu com a melhoria da infra-estrutura das associações, sendo que para a AREsp está prevista a construção de um novo galpão dentro da comunidade Chico Mendes, onde reside a maioria dos associados, além de disponibilizar duas profissionais na área da Psicologia e do Serviço Social para acompanhamento do grupo. Responsabilidade esta, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental.
- ❖ A Fundação do Banco do Brasil entrou com os recursos financeiros para a compra de equipamentos como: esteira, prensa, balança e empilhadeira;
- ❖ Já a Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABIHPEC se responsabilizou pelos cursos de qualificação e capacitação profissional que foram ministrados em parceria com o Senac Social.

Dentro do quesito infra-estrutura de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, esta disponibilizou uma assistente social da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, viabilizando um acompanhamento sistemático a Associação e preparando-os para trabalharem no novo galpão que está sendo construído dentro da comunidade. Este acompanhamento se dará até a adaptação dos associados ao novo espaço de trabalho. A entrada de um profissional demandou a oportunidade de abrir vaga para estágio em Serviço Social.

Ressaltamos que a presença de assistentes sociais na Associação não aconteceu somente com este projeto. Desde a formação da AREsp o Serviço Social esteve presente, mas percebemos que este acompanhamento acontecia de forma gradual e fragmentada dependendo da disponibilidade de recursos humanos de cada Secretaria. Avaliamos que o acompanhamento do grupo de associados por estes profissionais foi e é essencial e indispensável para a continuidade e desenvolvimento da Associação, em especial o Serviço Social que atua como articulador entre a população e o poder público.

Segundo Ilse Sherer-Warren (1999),

O associativismo civil “representava para os movimentos sociais a possibilidade de se projetar a partir de um espaço autônomo e democrático de criação de vida societária, independente dos interesses de disputa pelo poder político-estatal e dos interesses de acumulação econômica”.

Com relação aos aspectos acima mencionados observou-se na experiência prática de estágio junto a Associação de Recicladores Esperança – AREsp que esta ainda precisa alcançar alguns requisitos para ter este tipo de representatividade política perante seus associados, tais como: a busca incessante pela prática democrática, participação coletiva, autonomia do grupo, a junção a redes e parcerias com a finalidade de articulação, aprendizagem, capacitação, troca de experiências e a obtenção de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem as condições de trabalho.

A inclusão desta organização nas metas de trabalho da prefeitura ocorreu pela necessidade de proceder com um acompanhamento e assessoria aos associados frente às dificuldades enfrentadas naquele período tais como: a transferência dos associados do galpão localizado no bairro Itacorubi para o que está sendo construído no bairro Chico Mendes; o problema com o transporte devido ao alto custo; a alta rotatividade dos associados, e alguns hábitos que deverão ser abolidos em suas práticas cotidianas, como o individualismo e o egocentrismo.

Como a grande maioria dos associados só possui nível primário, achavam-se incapazes de realizar serviços burocráticos como preenchimento de registro de funcionários, livro-ponto, valores de entrada e saída de mercadorias, ou ainda, atender ao telefone, situações simples e que tinham receio de realizá-los. Deste modo sempre que a pessoa encarregada destas tarefas se ausentava, alguns dados ficavam em aberto. Então, procuramos orientá-los com estas rotinas de escritório, mostrando-os como era simples a tarefa e que poderiam obter ajuda mútua, se necessária, pois em equipe o trabalho se torna mais ameno.

Com a assinatura do Termo de Adesão ao Projeto Coleta de Embalagens Pós-Consumo a associação realizou um sonho antigo de obter seus próprios equipamentos e seu próprio galpão, pois os que usam são emprestados pela Companhia de Melhoramentos da Capital – Comcap. Este acontecimento levantou a auto-estima do grupo e isso refletiu diretamente na produtividade. Percebemos que a cada quinzena os valores partilhados entre os associados oriundos da venda do material reciclável e da quantidade de dias trabalhados vinham aumentando gradativamente, e desta forma todos os associados ficavam mais satisfeitos diante dos rendimentos e do esforço depositado na execução dos trabalhos. O grupo está se tornando mais unido e solidário e estão entendendo aos poucos o real significado de cooperação.

No processo de articulação envolvendo a garantia de condições dignas de trabalho aos catadores e recicladores, foram realizadas várias reuniões, com diferentes problematizações, envolvendo assuntos que tratavam desde a

construção do galpão, a assinatura dos contratos de adesão aos projetos. As reuniões já tinham assuntos pré-estabelecidos, que ficavam de encaminhamento para as reuniões posteriores, e quando havia necessidade de reuniões extraordinárias, nós encaminhávamos convites às Secretarias, Instituições de ensino, pessoas envolvidas com o processo de reciclagem, catação, os representantes regionais do Movimento Nacional dos catadores de materiais recicláveis da região metropolitana de Florianópolis, entre outros envolvidos com o tema de resíduos sólidos.

As reuniões aconteciam na forma de debates, sugestões, troca de informações, levantamento de necessidades a respeito da coleta seletiva no município, do trabalho dos catadores, recicladores, da criação do Fórum do lixo e cidadania em Florianópolis, entre outros assuntos, sempre focando o fortalecimento dos grupos de trabalhadores já existentes e a sua consolidação visando a valorização da categoria.

## **CAPÍTULO IV – A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AREsp**

### **4.1. A PRÁTICA DE ASSESSORIA NO SERVIÇO SOCIAL**

A intervenção do Serviço Social dentro do Projeto de Embalagens Pós-Consumo foi assumida pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental através da Divisão de Ação Comunitária, tendo em vista o compromisso assumido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis de estar viabilizando este projeto, disponibilizando um Assistente Social e um Psicólogo para acompanharem a associação. Dentro da proposta assumida pela Prefeitura, apenas foi disponibilizado um profissional da área social para atuar neste processo.

Este projeto, como mencionamos no capítulo anterior tem por objetivo promover a cidadania através da garantia e ampliação dos direitos de cada cidadão, possibilitando melhoramentos na vida dos catadores e recicladores e o seu reconhecimento enquanto categoria profissional. Desta forma, através do comprometimento do Serviço Social em assessorar a AREsp e utilizando elementos como a investigação, o planejamento estratégico e a documentação, é que determinamos de forma conjunta, como seria a nossa atuação com vistas à:

- Potencializar a participação social na dinâmica da associação, bem como no controle social e articulação com o poder público;
- Capacitar o grupo para a autogestão;
- Dinamizar as reuniões de grupo com palestras e/ou oficinas interdisciplinares (assistente social, psicólogo, cientista político, ambientalista, técnico de segurança do trabalho, entre outras áreas afins) visando o lúdico-educativo;

- Contribuir para a democratização das relações entre a associação, os moradores do bairro Chico Mendes e o Poder Público;
- Orientar os associados em relação as suas demandas sociais;
- Contribuir para a construção de respostas para as necessidades colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos.

Nossa participação como estagiária ocorreu entre o período de outubro/2006 a março/2007 inicialmente atuando como observadora participante e posteriormente, através da captação de informações planejávamos como aconteceriam as intervenções e ações necessárias. Nossa participação foi pautada nos processos Políticos-Organizativos, assessorando a AREsp com base nos Princípios do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, a qual demos ênfase à “ampliação e consolidação da cidadania, considerado tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras”.

A partir deste compromisso, a assistente social assumiu como atribuições com a organização, desenvolver assessoria cujas ações e procedimento metodológico descreveremos mais adiante quando tratarmos sobre projetos sociais. Com a estagiária organizou seu processo de supervisão estabelecendo um acompanhamento contínuo e sistemático onde havia constante diálogo sobre a associação e os aspectos que a envolvem.

A estagiária, além de acompanhar a supervisora de campo nas ações desenvolvidas, organizou um projeto de intervenção junto à associação, que pretendia contribuir com o processo de autonomia e autogestão da mesma, em parceria com outros profissionais como psicólogo, técnico de segurança do trabalho, profissionais da área ambiental, cientista político, que realizariam palestras que debatessem temas relacionados ao trabalho associativo. O projeto foi aceito e aprovado pela Assistente Social, mas não conseguimos realizá-lo



plenamente em função do tempo em que permanecemos no estágio. Desta maneira deixei-o a disposição da Assistente Social para que pudesse viabilizá-lo.

Dentro do tempo que tínhamos disponível alguns instrumentais técnico-operativos foram utilizados de maneira sistemática para a execução da assessoria, como: a realização de reuniões, dinâmica de grupo, acompanhamento semanal à associação e a participação em reuniões externas, articuladas com outras secretarias e órgãos públicos e privados para debater questões que envolvem a cidade de Florianópolis e os catadores e recicladores de resíduos sólidos.

Sempre atenta a desenvolver uma prática condizente com os princípios éticos profissionais foi possível vivenciarmos um processo de construção coletiva, trabalhando o espaço de viabilização de direitos, de ampliação da cidadania, do livre arbítrio, da convivência respeitosa e produtiva entre o grupo, assegurando-lhes os seus direitos enquanto cidadãos e também exigindo respeito no decorrer do trabalho realizado.

É dentro do contexto dos projetos sociais que realizamos a assessoria na AREsp, utilizando diferentes instrumentos técnico-operativos como: reuniões, entrevistas, assembléias, relatórios, diário de campo, sempre visando o fortalecimento do grupo, a sua auto-gestão, além de estimularmos a eficiência no trabalho que desenvolviam para que o projeto ao qual estávamos inseridos fosse eficaz para a vida dos associados. Algumas das ações desenvolvidas pela assistente social e pela estagiária foram: o acompanhamento do curso de capacitação, através da inserção nas aulas, nas discussões com o grupo e na articulação de sugestões e opiniões; reuniões semanais de articulação, mobilização, organização do trabalho relativo ao empreendimento, envolvendo outras secretarias, instituições e pessoas interessadas no tema, através de convites para debatermos diversas questões levantadas pelos associados a respeito da transferência destes para o novo galpão, do problema que enfrentam com a alta rotatividade dos associados, além do levantamento das demandas individuais e grupais.

Eram realizadas também reuniões posteriores à partilha dos valores obtidos com a venda do material reciclado, que é feito quinzenalmente pelos membros da diretoria. Estas reuniões aconteciam, algumas vezes, articuladas com outros técnicos: psicóloga da COMCAP e professor do curso de capacitação desenvolvido pelo SENAC Social, para que houvesse maior aproveitamento das discussões, possibilitando uma reunião mais ampla em variedade de temas, e com retornos mais significativos para ambas às partes, incluindo reflexões acerca do desempenho e da produtividade do grupo.

Percebemos nesse período como era importante para o grupo o trabalho interdisciplinar, pois além de ampliar visões e conhecimentos, tornavam as reuniões mais prósperas. Segundo argumenta Siqueira e Pereira (1995),

“Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido, reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais. A interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde se possam estabelecer as conexões possíveis”. Como observa Gusdorf (1976:26), ‘a exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para colher às contribuições das outras disciplinas’.

Todas as reuniões eram planejadas e preparadas com antecedência pela assistente social e estagiária e posteriormente documentada, através de relatórios. Utilizávamos estratégias teórico-metodológicas em forma de dinâmicas de grupo e murais informativos, com o intuito de assegurar-lhes o acesso às informações.

Era preciso ser estratégico para administrar certas situações, tais como: perguntas que se repetiam a cada semana e que já havíamos dado as devidas respostas. Desta forma a estagiária teve a idéia de fazermos um painel com os informativos e fixarmos dentro do galpão como: datas de matrículas e rematrículas

escolares e de projetos sociais para crianças e adolescentes; o local e os documentos necessários; os telefones para contatos; os órgãos competentes e endereços para confecção de documentos pessoais; datas de reuniões, entre outros informativos, para que não esquecessem mais.

Outra dificuldade que encontramos no grupo é que eles não conseguiam agir por si só em relação as suas necessidades e esperavam que nós o fizéssemos. Buscamos deste modo auxiliá-los orientando-os de como e onde buscar atender às suas necessidades para que ganhassem autonomia acreditando em si, nas suas potencialidades e nas possibilidades de realizar tarefas sem ficarem dependentes de nossas orientações.

No decorrer de nosso trabalho percebemos a dificuldade que tinham de trabalhar em grupo e de controlar a alta rotatividade dos associados, além da pouca consciência de empreendedorismo e autonomia. Desta forma buscamos intervir de modo a ajudar-lhes a superar alguns limites enfrentados e concepções distorcidas do trabalho associativo, trabalhando com o fortalecimento do grupo, a convivência respeitosa entre os membros, a produtividade no trabalho coletivo, a ajuda mútua, o trabalho associativo que transforma o simples empregado, em um empreendedor e gestor do seu próprio negócio, entre outras formas coletivas de organização.

Buscamos parcerias através de redes que viabilizassem o acesso dos associados a cobertura de seus direitos e de algumas necessidades emergenciais do grupo, como o encaminhamento ao atendimento odontológico, a obtenção de documentos pessoais como: certidão de nascimento, CPF, RG, assim como as fotos que necessitavam para a confecção dos mesmos. Segundo Viana salienta em sua dissertação de Mestrado defendida em 2003:

[...]“as práticas associativas se configuram muitas vezes através da formação de parcerias que são construídas, em sua maioria, entre associações civis e outras organizações da sociedade civil, com a finalidade de articulação, troca de experiências e para conseguirem recursos humanos, materiais e financeiros”.

Sem estas parcerias o trabalho se torna, quase sempre, inviável, impossibilitando aos associados dar continuidade às ações desenvolvidas pelo grupo. Segundo Lima (2004), a intervenção profissional do assistente social se dá através da socialização de informações e da articulação com redes de serviços, “ampliando o acesso dos sujeitos sociais às informações para que possam protagonizar a vida em sociedade”. É nesta perspectiva, de articulação e engajamento, que discorreremos no próximo item as possibilidades e os limites de nossa intervenção dentro da associação.

#### **4.2. O IMPACTO DESTA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: POSSIBILIDADES E LIMITES**

Ao me inserir no campo de estágio enfrentei as mesmas dificuldades que a grande maioria dos acadêmicos encontram, principalmente em relação ao “fazer profissional”. Surgem inúmeras questões que vão fazendo com que antes de agirmos, reflitamos se esta é a direção certa a seguir. Nesta hora os conceitos e teorias assimiladas no decorrer do processo de graduação começam a vir à tona, e nos perguntamos: será que a teoria é diferente da prática? – Com certeza um está associado ao outro, mas encontramos inúmeras situações que levam à violação dos preceitos contidos no Código de Ética Profissional, e devemos ter a clareza de não aceitarmos tudo o que nos é imposto.

Dentro de algumas instituições podemos perceber, por exemplo, que muitos direitos do assistente social são negligenciados, como em relação ao sigilo profissional, não disponibilizando uma sala reservada ao atendimento das demandas que chegam à procura de orientações, informações, denúncias, entre outros; além de incompatibilidade de atribuições que não dizem respeito as suas competências; condições inadequadas para o desempenho das atividades e outros agravantes.

Estas são barreiras que dificultam um trabalho eficiente, trazendo danos tanto para o sujeito demandante, quanto para o profissional, devido às condições desfavoráveis em que se encontram, e, para o estagiário, que muitas vezes assiste a estas situações numa posição de expectador ainda é mais degradante.

Com as mudanças no processo produtivo e organizacional das empresas, e as novas expressões da questão social decorrentes destas mudanças, surgem novas estratégias para as relações de trabalho, e a constante necessidade de capacitação dos diversos profissionais. Dentro deste espaço competitivo ampliam-se as possibilidades de intervenção para o Serviço Social, devido a sua capacidade teórico-metodológica e prático-operativa, além do seu grande potencial para com a questão social, levando em consideração a sua visão de realidade e universalidade.

O profissional não deve se perder no tempo e atualizar-se sempre. Deve utilizar estratégias qualificadas, tendo como base os pressupostos contidos no Código de Ética Profissional que orientam a sua postura perante a demanda posta. O seu maior desafio é elaborar estratégias com propostas metodológicas qualificadas, que sejam eficientes no seu desdobramento e que possua resultado eficaz para o público alvo de seu trabalho e para a instituição demandatária.

Levando em consideração todas as referências teóricas e metodológicas possíveis para um bom desempenho profissional e as expectativas decorrentes do exercício realizado, tanto para o profissional que o executa, quanto para os sujeitos demandantes é que devemos ser eficientes, competentes e responsáveis para com os deveres que assumimos, além de informarmos para a instituição contratante e para os usuários demandantes sobre o andamento do trabalho que está sendo realizado e o possível resultado final, suas vantagens e desvantagens.

Buscando cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética Profissional é que conseguimos refletir acerca das possibilidades e limites de nossa inserção dentro da AREsp, buscando cumprir com os compromissos assumidos, os prazos estabelecidos, mesmo quando apareciam empecilhos em nosso caminho.

As possibilidades de estágio profissional dentro da AREsp eram múltiplas e o trabalho desenvolvido junto à associação foi de total aceitação por parte dos seus colaboradores que tinham a expectativa de um trabalho contínuo, que conseguisse dar conta de todas as suas demandas.

No decorrer de todo o trabalho realizado, entre a inserção do Serviço Social na associação e a execução da assessoria prestada durante o estágio curricular é que pudemos perceber os reais avanços obtidos com as ações desenvolvidas junto ao grupo e as suas conquistas, mesmo quando encontrávamos um caminho sinuoso e muitas vezes, tínhamos que retroceder.

Dentre os desafios vivenciados podemos destacar:

- à falta de recursos humanos e financeiros, essenciais na execução das ações e que serviriam de suporte para realização de algumas atividades profissionais
- o não cumprimento de alguns compromissos assumidos pela Prefeitura nos assuntos que diziam respeito ao acompanhamento da associação;
- a inadequação da infra-estrutura para atendimentos individuais com a ausência de uma sala destinada para estes atendimentos específicos;
- equipamentos de informática e de linhas telefônicas apresentando defeitos e a demora para o conserto e/ou substituição das máquinas;
- a ausência de um acompanhamento sistemático da Instituição de Ensino Superior no local do estágio acompanhando a relação do estagiário com o campo e com a supervisão prestada pelo profissional designado;
- dificuldades com o transporte da Prefeitura.

O que é acordado entre ambas as partes, instituição contratante e estagiário, deve ser cumprido e viabilizado de forma a garantir o bom andamento das funções solicitadas perante contrato de trabalho, mesmo que este não abarque vínculo empregatício, pois assim como a contratante tem suas obrigações para com o estagiário, este também tem seus deveres a serem cumpridos, e se uma das partes falhar, uma série de complicações surgem, como o não

cumprimento de papéis, negligência perante os sujeitos envolvidos no processo, entre outras situações indesejáveis.

Dentro do Setor de Ação Comunitária da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental ficou evidente a ausência de um cuidado com a exposição das situações dos usuários não disponibilizando um local adequado, fechado e separado para os atendimentos realizados pelo Serviço Social. uma vez as conversas se davam perante todos os profissionais que trabalhavam naquele ambiente, sem qualquer constrangimento.

Em relação ao contrato de trabalho com a estagiária, enfrentamos a falta de recursos financeiros devido às dificuldades em receber os salários e o vale-transporte, combinados perante a contratação, e que dificultavam muitas vezes, o acesso ao local do estágio.

Outro problema bastante freqüente dentro do Setor de Ação Comunitária na Secretaria e que dificultava o nosso trabalho interno, era os constantes problemas na rede de computadores e nas linhas telefônicas, inviabilizando-nos de fazer pesquisas, contatos via e-mail com profissionais de outras secretarias, atrasando a transcrição dos relatórios e das Atas de reuniões, que posteriormente seriam encaminhados a todos os participantes, e também ficávamos impossibilitadas de fazer contatos de várias ordens através da linha telefônica.

A partir destas situações avaliamos ser de fundamental importância o acompanhamento da instituição de ensino dentro deste processo de aprendizagem profissional, pois o campo de estágio é o portal que viabiliza o estagiário pôr em prática toda a teoria apreendida durante a academia. A situação foi verbalizada a supervisora acadêmica de estágio e neste caso nenhuma providência foi tomada. A experiência de estágio dentro da Prefeitura de Florianópolis foi bastante desafiadora, e fez com que repensássemos a nossa atuação profissional e os cuidados que devemos ter perante o exercício de nossa profissão.

De acordo com a Legislação de Estágio Curricular (Decreto nº 87.947 de 18 de agosto de 1982 - regulamenta a lei n.º 6.494/77), para que o estágio alcance suas finalidades, associando o processo educativo à aprendizagem, precisa ser

planejado, executado, acompanhado e avaliado dentro de diretrizes bem definidas e estar de acordo com os pressupostos que norteiam os projetos pedagógicos de cada curso e com todas as condições dispostas pela legislação sobre o assunto.

O Estágio Curricular é um momento importante na vida dos acadêmicos, pois a partir desta experiência, poderão aprimorar os seus conhecimentos e as habilidades específicas ao exercício da profissão. É neste momento que terão a oportunidade de perceber como a teoria informa a prática profissional retroalimentando-a, ter uma visão crítica da realidade e contribuir de forma responsável pela melhoria na qualidade dos serviços prestados, denunciando eventuais violações das normas da instituição e lutando por condições mais dignas de trabalho e comprometimento com os sujeitos envolvidos.

Segundo Mota (1998:143),

“Os assistentes sociais enfrentam uma série de dificuldades e limitações para conduzir seu trabalho e tentam assegurar sua legitimidade, manter seu posto de trabalho e afirmar sua utilidade, procurando responder as exigências feitas pela empresa, definindo seus objetivos profissionais a partir dos objetivos corporativos”.

A Assistente Social da Prefeitura não trabalhava somente com a questão dos recicladores. Ela atuava também em outras frentes de serviço, e na maioria das vezes, era a estagiária quem organizava as reuniões e acompanhava o grupo. No início foi bastante difícil saber se estava fazendo a “coisa certa”. O processo de acompanhamento se dava uma vez por semana através da escuta, da observação e da orientação, buscando encontrar formas de contribuir com o desenvolvimento da associação, da sua organização e do fortalecimento do trabalho em conjunto, diferente do princípio da competição e do individualismo, ocasionados pelo modo de produção capitalista.

A estagiária teve várias dúvidas de como proceder em determinadas situações, como, por exemplo, quando eles vinham pedir informações que a mesma desconhecia, sobre programas e projetos sociais a qual gostariam que



seus filhos participassem, e que estivessem localizados em suas comunidades. Neste momento pudemos perceber a preocupação que tinham em não deixar seus filhos ociosos no período de recesso escolar e buscamos trazer as informações detalhadas para dar-lhes retorno sobre possíveis atividades que pudessem inserir seus filhos.

Quando havia uma reunião que necessitava de ajuda e orientação da Assistente Social, a estagiária organizava uma data em que a mesma estivesse disponível. Sendo assim, para sistematizar as reuniões fixamos uma data, que seria sempre após a divisão dos valores partilhados a cada quinzena através da venda do material. Desta forma ficaríamos sabendo como foi a produção da quinzena e dialogávamos a respeito do que poderia ser mudado ou aprimorado para uma distribuição melhor dos valores arrecadados com a venda dos materiais sem perder a harmonia do grupo.

Algumas vezes ficávamos sem o transporte até o local da associação (a Prefeitura disponibiliza um carro para locomoção dos funcionários), devido o seu uso para outras atividades que priorizavam “mais importantes”. Neste caso, usávamos o transporte urbano, que era pago pela Prefeitura para nos locomovermos de casa para o trabalho e vice-versa, só que as passagens acabavam antes de terminar o mês e tínhamos que pagar o transporte com os nossos recursos pessoais (quando tínhamos).

Apesar desta e de outras limitações, nós buscamos, dentro do possível, assegurar nossa legitimidade perante a instituição e a associação, desempenhando um bom trabalho profissional Junto a AREsp, respondendo as suas expectativas, as suas necessidades, e contribuindo no resgate da sua autonomia e auto-estima, perante os desafios impostos pelo padrão de acumulação do capital, num mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

O trabalho é um elemento constitutivo do ser social, ele mediatiza a satisfação das necessidades do homem diante da natureza e de outros homens. A prática do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho, permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade.

Entendemos que o objeto de trabalho dos assistentes sociais é a Questão Social e suas múltiplas expressões, onde há a necessidade da ação de um profissional com bases teórico-metodológicas essenciais para a execução de medidas junto às várias demandas. O assistente social detém um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo de seu processo formativo, mas não possui todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos, necessários ao exercício profissional autônomo. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata. (Iamamoto, 2004: p.57-112).

Dentro destas particularidades do processo de trabalho do Serviço Social e pautando-se no Código de Ética profissional é que julgamos ter contribuído de forma ética para a consecução de nossos objetivos profissionais dentro da AREsp, considerando todo o arsenal teórico-metodológico e técnico-operativo que envolve a profissão.

A possibilidade de intervenção através do estágio curricular é essencial para a formação profissional, pois possibilita o acompanhamento deste processo dentro das diversas instituições que alocam o seu serviço. Este processo é engrandecedor, pois solidifica a posterior atuação e intervenção profissional.

A experiência vivenciada dentro da Associação de Recicladores Esperança – AREsp foi bastante significativa em termos profissionais e pessoais, pois envolveu além das relações de trabalho, relações afetivas, devido à aproximação com o grupo e com a realidade vivenciada por eles. Foi um aprendizado marcante que certamente levaremos durante toda a nossa vida profissional.

Durante o período de assessoria à associação, percebemos que as estratégias de atuação estavam possibilitando ao grupo a sua autonomia enquanto sujeitos sociais, capazes de realizar suas ações de forma a contribuir na totalidade do grupo.

A cada conquista, a cada passo dado, mesmo que lentamente, víamos como era importante para o grupo a presença constante do Serviço Social para a associação, sem desconsiderar a necessidade de outros profissionais, cada qual com suas funções bem delimitadas e interligadas entre si. A Assistente Social e a estagiária estavam sempre interagindo com os profissionais que integravam a equipe do projeto através de reuniões, eram eles: o professor do curso de capacitação do SENAC Social, Júlio; assistentes sociais de outras secretarias envolvidas com o processo da reciclagem e dos catadores de papel/papelão; a idealizadora e "madrinha" da associação Thyrza, que é professora do CEFET; a representante da Comcap, Nara Lúcia, formada em psicologia.

Percebe-se cada vez mais a necessidade de ações e trabalhos interdisciplinares, pois enriquece o trabalho e as relações interpessoais, contribuindo na formação de possibilidades de intervenção, acertando a melhor escolha e as alternativas mais viáveis para a eficácia do trabalho realizado, considerando a opinião e a diversidade de informações das várias áreas do conhecimento.

Contudo, devemos ressaltar que o período de estágio obrigatório realizado em um semestre se torna escasso perante tantas oportunidades e iniciativas que poderiam ser realizadas e que, com tão pouco tempo, se tornaram sonhos para os associados. A intervenção deve ser um processo contínuo, com início, meio e fim, deixando de ser um sonho com futuro imprevisível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as dinâmicas da sociedade capitalista e as repercussões do processo de produção e reprodução da força de trabalho na vida da população, podemos salientar que este processo causou um desajuste nas relações econômicas e sociais, e conseqüentemente, na detenção de poder. Os ricos tornaram-se cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres.

Devido a grande emergência de desempregados, surgem dentro das organizações da sociedade, meios para suprir as reais necessidades desta classe de trabalhadores que possui pouca qualificação profissional, e poucas chances de trabalho num mercado cada vez mais competitivo. Daí a real necessidade de o país investir cada vez mais na área da educação, pois esta é a base de tudo, é o terreno de novas esperanças, novas alternativas e possibilidades de desenvolvimento de uma nação.

Considerando todo o processo de ensino/aprendizagem, volto ao terreno profissional para dizer que muito ainda precisa ser repensado e realizado dentro deste processo. Considero que a realização desta assessoria não deve cessar por aqui, pois todo o trabalho junto à população e engajado com a ampliação dos direitos dos indivíduos deve ser contínuo e sistemático, voltado ao constante aperfeiçoamento profissional e ao compromisso com a população envolvida.

O processo de estágio curricular desenvolvido pela estagiária de Serviço Social contribuiu em sua formação profissional proporcionando-lhe uma aprendizagem teórico-prática e uma visão mais crítica da realidade em que esteve inserida, possibilitando compreender, analisar e intervir nesta realidade de forma ético-política e competente.

A organização da supervisão de estágio procedeu-se de forma sistemática através da coordenação, articulação, administração e avaliação do processo de estágio, ajudando-nos a superar os desafios e a compreender melhor o campo profissional e suas particularidades.

A relação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Florianópolis foram os atores indispensáveis no processo de formação profissional, pois através destes abriram-se as possibilidades de o acadêmico inserir-se no campo de estágio e garantir o seu constante aprimoramento intelectual e profissional.

Desta forma, tanto o estágio curricular, quanto a supervisão de estágio puderam contribuir de forma articulada com a nossa formação profissional e acadêmica de modo a garantir uma inserção no mercado de trabalho de profissionais competentes e qualificados.

Diante da atual conjuntura política, econômica e social em que vivemos em nosso país e que perpassa todos os níveis sócio-culturais, dentro de um sistema que visa acima de tudo o lucro, a produtividade e a competitividade, devemos estar atentos para intervirmos da melhor forma possível, sem distinção, preconceito ou qualquer forma de violação de direitos dos cidadãos, baseando-nos em nosso compromisso ético-profissional e atentos à realidade sócio-histórica da população.

Para que os profissionais consigam obter um bom resultado de seus trabalhos perante as Organizações Populares, as instituições contratantes devem investir mais em ações de caráter sócio-educativas, como as ações Político-Organizativas, contribuindo na formação e conscientização dos sujeitos enquanto atores sociais, pois é a partir das informações e dos conhecimentos transmitidos a estas organizações que estes irão ter suporte quanto à argumentação no que diz respeito as suas reivindicações, tendo mais êxito em suas conquistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREO, Ana Carolina S. B. de e FÁVERO, Claudia Renata. **Demandas de Serviço Social no Setor Empresarial**. In: *Serviço Social em Revista*, V. 4, n. 1, Paraná: Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, julho/dezembro, 2002.

BRANCO, Eustaquio L. Castelo. **A Crise Econômica de 1929**. Arquivo publicado em 09/01/2007, visitado em 21/05/2007. Disponível em: [www.mundovestibular.com.br](http://www.mundovestibular.com.br)

BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006;

BRASIL. Resolução CFESS nº 290/94 e 293/94, regulamentada em 13/03/93. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93**, que regulamenta a profissão de Assistente Social. Brasília: Cortez/CFESS, 1996.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social: alguns apontamentos para o debate** In RICO, Elizabeth de Melo e REICHELIS, Raquel (Org.) **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo; EDUC/IEE, 1999.

COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993, pp. 19 – 34.

GOERCK, Caroline e VICCARI, Eunice Maria. **Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social**. Textos & Contextos, Revista Virtual nº 3, ano III, dez. 2004.

GIRARDI, Dante. **Novo Perfil da Área de Recursos Humanos: consultoria interna**. In: *Revista de Ciências da Administração*. Florianópolis: 2001, V 3, nº 1, pp. 8 – 16.

GONÇALVES, Marcelino A. e THOMAS Junior, Antonio. **A informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição à geografia do trabalho**. In: *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (31). Scripta Nova, 2002. Disponível em: [www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm).

**GUZZO, Rossilene Araújo. O Terceiro Setor: um caminho para o fortalecimento da responsabilidade social.** Belém: Edições do Autor, 2003.

**IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional.** 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2004. Pp.57-112.

**LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A intervenção profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas.** In: Anais do IX ENPESS. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.10. Processos sócio-assistenciais.

**LAUDADES, João Bosco. As relações de trabalho numa sociedade capitalista: A Sociedade Tecnicizada e Capitalista.** In: Revista Tecnologia e Sociedade. Curitiba, 2006. n° 2, 1º semestre de 2006.

**LODI, João Bosco. A diretoria da empresa: estratégias e estrutura.** Petrópolis: Vozes, 1972, Capítulo IV, pp. 99-117.

**MOTA, Ana Elizabete (org). A Nova Fábrica de Consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1998, Pp. 23-145.

**MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

**MENDONÇA, Sérgio.** Entrevista publicada em 9 de abril de 2002, no site Parabólica, da Globonews.com, concedida ao jornalista Wagner Gomes.

**OLIVEIRA, Carla Cristiani de. Serviço Social e Empreendimentos Populares: uma proposta de trabalho e renda às classes empobrecidas.** Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

**OROFINO, Flávia V. G. “Subsídios para um novo sistema de coleta seletiva para Florianópolis – SC, com a inclusão dos catadores”.** Cooperação Técnica Internacional Brasil-Itália em Saneamento Ambiental. Florianópolis, 2006.

PERES, Ângelo. **Pós-modernidade e mercado de trabalho: A Centralidade do Trabalho, Seu Aspecto Social e Sofrimento**. Artigos e negócios. Setembro, 2006. Disponível em: <http://internativa.com.br/artigos.html>

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras**. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. pp.11-19.

STEPHANOU, Luis; Muller, Lúcia Helena; Carvalho, Isabel Cristina de Moura. **Guia para a elaboração de projetos sociais**. Porto Alegre: Sinodal e Fundação Luterana de Diacronia. 2003.

SPAR, Débora; Oi, Jean; Bebenek, Chris. **O Capitalismo no século XX**. Artigo Wikipédia, a enciclopédia livre, Capítulo 4, set/ 2006.

SIQUEIRA, Holgonsi S. G. e Pereira, Maria Arleth. **Uma nova perspectiva sob a ótica da interdisciplinaridade**. Caderno de pesquisa, nº 68. Rio Grande do Sul: UFSM, set/1995.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio**. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2002, Portugal. Lisboa:Outubro/ 2002.

VIDAL, José Sales de França. **Administração de empresas**. Arquivo publicado em 1993. Disponível em: [www.unicap.br/Sales](http://www.unicap.br/Sales)

VIANA, Thereza Cristina B. S. **Democracia, autonomia, participação e redes: uma análise do associativismo civil em Florianópolis**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

**Associação de Recicladores Esperança – AREsp.**  
<http://www.aresp.hpg.ig.com.br>

[www.erediaconsultoria.com.br](http://www.erediaconsultoria.com.br) acesso em 28/06/2007

[www.filantropia.org.br](http://www.filantropia.org.br) acesso em 02/07/2007

[www.sebraesc.com.br](http://www.sebraesc.com.br) acesso em 28/05/2007



[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br) acesso em 28/06/2007

[www.cempre.org.br](http://www.cempre.org.br) acesso em 02/07/2007

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR RECOMENDADA**

CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério. (Orgs). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria geral da Administração**. São Paulo: Makron Books, ed. 4, 1993.

FARIA, A. Nogueira de. **Organização e Métodos**. Rio de Janeiro: LCT, 1982, Cap. 1, pp. 1-35.

GRANDI, Arlete; Silva, Eva Francheti; Souza, Jacqueline Borges de. **As Relações de Trabalho no Mercado Comum e a Organização Internacional do Trabalho (Oit)**. Revista on line, visitado em 17/05/2007. Disponível em: [www.unibrasil.com.br](http://www.unibrasil.com.br)

IAMAMOTO, Marilda. **O Trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: Módulo 1. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, P.112-126.

.....**O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001. 1º e 2º capítulos;

**SILVA E SILVA**, Maria Ozanira (coord.) **O Serviço Social e o popular: Resgate teórico-metodológico do projeto de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995. Pp. 128-151.

SERRA, Rose (org). **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro. CETRES – FSS/UERJ, 2001.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e política social Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social Brasília: CEAD, UnB, 1999. p. 92-110.

**Apêndices**

## **ABIHPEC – FBB – Prefeitura Municipal de Florianópolis/SMHSA**

**Data: 03/10/2006**

**Local: Ministério Público de Santa Catarina – 30ª Promotoria de Justiça**

**Reunião: Sobre a continuidade do Projeto Coleta de Embalagens Pós-Consumo.**

A Convocação para reunião na 30ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital no dia 03 de outubro de 2006 tinha por finalidade discutir a continuidade do Projeto Coleta de Embalagens Pós-Consumo, firmado em 25 de abril de 2006 entre a Fundação Banco do Brasil (FBB), A Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, as quais estão destinando recursos visando beneficiar e apoiar projetos de geração de trabalho e renda junto às associações: Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR) e a Associação de Recicladores Esperança (ARESP).

A Prefeitura Municipal de Florianópolis através do Termo de Adesão ao Projeto Coleta de Embalagens Pós-Consumo se comprometeu com a melhoria da infra-estrutura das associações, sendo que a Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis necessita da ampliação e melhoramentos do seu atual galpão ou a transferência para outro local para receber os equipamentos.

Para que haja a continuidade deste projeto foram apresentadas duas propostas acordadas entre os representantes da Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis:

- ✓ Proposta “A” – Ampliação e melhorias no galpão já existente ao lado da Ponte Pedro Ivo Campos com a construção de um refeitório, de sanitários, instalações elétricas apropriadas para receber o referido maquinário e a arborização para o embelezamento da área;
- ✓ Proposta “B” – A divisão do grupo, transferindo-os para um galpão da COMCAP no bairro do Itacorubi, sendo que o transbordo será feito no local atual ao lado da ponte.

A ABIHPEC e a FBB estipulou o prazo limite para o dia dez de outubro de 2006 para a disponibilização do local onde vão ser encaminhados os referidos equipamentos às associações. Desta forma a promotora de justiça decidiu que o presidente da COMCAP deverá dar encaminhamento a questão do local dos associados da ACMR.

Outro ponto discutido na reunião foi com relação à segurança das Pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Machado Salles. Para dar continuidade ao assunto foi marcada nova reunião para o dia seis de outubro de 2006 às quatorze horas para que tais propostas sejam avaliadas com mais precisão e se chegue a um consenso por parte dos convocados, como: a PMF, CELESC, CREA, DEINFRA, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

**Projeto Coleta de Embalagens Pós-Consumo**

**Data: 06/10/2006**

**Local: Ministério Público de Santa Catarina – 30ª Promotoria de Justiça**

**Reunião: Segurança da Ponte Pedro Ivo Campos e local para ocupação da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis.**

Compareceram a esta reunião os representantes das seguintes instituições:  
**PMF, CELESC, CREA, DEINFRA, Defesa Civil, COMDEC, Corpo de Bombeiros, COMCAP, ABIHPEC, IPUF, UFSC E ACMR.**

A reunião da presente data tratou da questão da segurança na cabeceira da ponte Pedro Ivo Campos e das possíveis propostas sugeridas para a ocupação da associação (**ACMR**) e dos equipamentos enviados a ela pela **Fundação do Banco do Brasil (FBB)**.

Foram discutidas as duas propostas apresentadas pela **ACMR** na reunião anterior e uma nova proposta apresentada pelo **DEINFRA** para ocupação da associação nas proximidades da antiga escolinha de trânsito do **DETRAN**, na Beira-Mar, a qual se tornou inviável, pois já existem projetos para tal área.

Amadurecendo as idéias propostas chegou-se a conclusão de que o mais viável será a **COMCAP** ceder temporariamente o galpão já existente, com aproximadamente 1.200m<sup>2</sup> no bairro Itacorubí para a triagem do material, sendo que o transbordo continuará no mesmo local onde se encontra a associação hoje. A **PMF** se responsabilizou pelas melhorias no galpão do transbordo. O **Diretor Administrativo e Financeiro da COMCAP** fez questão de expor que a Procuradoria jurídica da **COMCAP** assevera ser juridicamente inviável a transposição de parte dos associados para o referente galpão.

Após a definição desta proposta dois aspectos foram levantados: a quem caberá o custeio do transporte dos materiais até o local da triagem e o transporte de pessoal, sabendo que isto acarretará mais gastos aos recicladores.

A representante da **ABIHPEC** salientou a máxima urgência ao Município de Florianópolis em dar uma posição definindo o local onde serão instalados os equipamentos, sob pena de não haver a continuidade do projeto. Desta forma decidiu-se levar os fatos ao conhecimento do Senhor Prefeito Municipal Dario Berger esta conclusão para que ele se posicione e oficie a **ABIHPEC** a área de instalação.

Em relação ao item segurança ainda ficaram pendentes alguns assuntos que serão tratados numa próxima reunião que deverá ser agendado pela Promotoria de Justiça.

**BOLSA FAMÍLIA**  
**FONE: 3251-6256**

- ✓ **DEVERÁ SER RENOVADO O CADASTRO UMA VEZ POR ANO;**
- ✓ **LIGAR PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA MARCAR HORÁRIO DE ATENDIMENTO.**

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:**

**DOS PAIS:**

- **CARTEIRA DE TRABALHO;**
- **CPF**
- **RG**
- **TÍTULO DE ELEITOR;**
- **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.**

**DOS FILHOS:**

- **ATESTADO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR;**
- **CERTIDÃO DE NASCIMENTO.**

**Prefeitura Municipal de Florianópolis**  
**Secretaria da Habitação e Saneamento Ambiental**  
**Programa Habitar Brasil BID /Chico Mendes**

**Reunião com articuladores da AREsp**

**Data: 22/11/2006**

**Local: Auditório da Companhia de Melhoramentos da Capital**

**Pauta do dia: Devolver encaminhamentos, avaliar o curso de capacitação, e levantar novas demandas da associação.**

A convocação para a reunião do presente dia teve como pauta principal as questões relacionadas à organização da AREsp, o relacionamento do grupo, a rotatividade dos trabalhadores e os assuntos pertinentes a reciclagem.

O acompanhamento foi uma solicitação dos associados da AREsp para sanar algumas dúvidas relativas a associação e seus colaboradores. Como convidados, participaram desta reunião, a Assistente Social Elizonete Tietjen, a estagiária de serviço social Andreza P. Machado, ambas representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, a representante da CONCAP, Nara Lúcia e o professor do curso de capacitação do SENAC social, Júlio C. Sousa.

A princípio houve o acompanhamento da última aula do curso de capacitação, com a avaliação pelos associados do conteúdo ministrado, o método de ensino e o material didático.

Logo em seguida foram dados os encaminhamentos solicitados anteriormente e sanadas algumas dúvidas através de uma conversa entre todos os participantes da reunião.

Quem encaminhou a reunião foi a representante da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, Elizonete que provocou a discussão a respeito da organização do grupo, do trabalho e do escritório. Pôde-se que todos possuem alternativas boas para melhorar a produção, a organização e conseqüentemente gerar mais lucro para os associados, porém deve-se ressaltar que os mesmos não podem ficar sem a supervisão de um profissional que os estimule e desenvolva com eles hábitos de organização.

Encaminhamentos:

- Ficou decidido nesta reunião a realização de reuniões periódicas, todas as quartas-feiras após a partilha;
- Levantar informação a respeito de algumas demandas como: sexta básica; caixa de primeiros socorros; projetos assistenciais para crianças e adolescentes na região do bairro Chico Mendes; encaminhamento odontológico; cursos de capacitação sem ônus para os associados; articular consultas médicas; transporte inter-municipal e inter-estadual; auxílio Bolsa-Família, entre outros.

**Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Família e Desenvolvimento Social.**

**Data: 18/10/2006**

**Hora: 13:30 min.**

**Plenária: Violência Policial na Comunidade Chico Mendes**

A convocação para a Plenária do presente dia teve como pauta principal a violência policial na comunidade Chico Mendes e a repercussão causada por tal fato.

Participaram desta reunião, representantes da Polícia Militar de Florianópolis, do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Educação, da Saúde, dos Esportes, Promotoria da Infância e da Juventude, representante do CIEE, entre outros convidados.

Quem encaminhou a reunião foi a representante da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Família e Desenvolvimento Social que provocou a discussão com uma pergunta pertinente direcionada aos representantes da polícia militar: Qual o tipo de orientação que os comandantes dão aos policiais para a ação nas comunidades?

A abordagem policial se deu a partir da denúncia de troca de tiros dentro da comunidade, em frente ao Colégio Américo Dutra Machado. Segundo relato dos moradores, os policiais chegaram agredindo a todos que estavam no local na hora da abordagem policial, mesmo aqueles que não participaram da confusão.

Segundo o comandante da polícia militar, as agressões à comunidade não são de seu conhecimento e alega não ser conivente com as atitudes excessivas dos policiais.